

**ENTENDIMENTOS EM MATÉRIA DE REGISTRO MERCANTIL APROVADOS PELA  
RESOLUÇÃO PLENÁRIA RP 01/2021**

**INDICE**

ASSUNTOS GERAIS:.....	8
E001 - Documento: Via Original dos Atos Principais: Conceito .....	8
E002- Alteração de Nome Civil e Dados Meramente Cadastrais .....	8
E003- Sócio/titular - Qualificação - Estado Civil - União Estável .....	8
E004- Divergência de Dados.....	8
E005- Capa de Processo/Requerimento/Indicação do Nome Empresarial .....	8
E006 - Indicação de NIRE e CNPJ para Identificação da Sociedade Empresária e Cooperativas.....	9
E007 - Contagem de Prazos.....	9
E008 - Dispensa de Aprovação Prévia por Órgãos/Entidades Governamentais .....	9
E009 - Legitimados para requerer o arquivamento do Documento de interesse .....	9
E010 - Exigência para anexar certidão do Cartório. Conversão de sociedade civil /simples em empresária (ato 040).....	9
PROCURAÇÕES:(E011 a E013) .....	9
E011- Outorga de procuração por sócio menor relativamente capaz, assistido pelos pais ou por tutor, quando for o caso, e Espólio representado por inventariante.....	9
E012- Outorga de poderes por procuração à pessoa jurídica (Ex 012).....	10
E013- Poderes específicos na procuração.....	10
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE: .....	10
E014 - Autenticação e validação de cópias de documentos para instrução de processos. Cópias de documentos autenticadas em Cartório.....	10
E015 - Dispensa da juntada da cópia da identidade profissional do signatário da Declaração de Autenticidade .....	10
ADMINISTRADOR DA SOCIEDADE/EIRELI: .....	10
E016- Administrador – indicação de Suplente ou Administrador Eventual (previsão hipotética de morte, incapacidade permanente ou temporária do substituído).....	10
E017- Administrador/documento de identidade/declaração do art.1.011 do CC/2002 ....	11
E018 - Administrador Não Sócio/Indicação na Consolidação Contratual .....	11
E019 - Administrador Não Sócio/Destituição/Desnecessária sua Anuência.....	11
PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS:.....	11
E020 - Estrangeiro- Identidade.....	11
E021 - Documento Lavrado em Países Estrangeiros de Língua Portuguesa .....	12
E022 - Sócio Estrangeiro Casado / Indicação do Regime de Bens / Dispensa.....	12

E023- Sócio brasileiro/estrangeiro residente ou domiciliado no exterior. Constituição de Procurador.....	12
FILIAIS: .....	12
E024- Indicação de Capital destacado e atividade para a filial e matriz. (Ex015) .....	12
CAPITAL SOCIAL/CAPITAL DA EIRELI:(E025 a E035).....	13
E025- Integralização do capital social com moeda estrangeira e com criptomoedas, Possibilidade.....	13
E026 - Integralização de capital com bens imóveis.....	13
E027 -Capital Social/Integralização/Imóveis pertencentes a terceiros .....	13
E028 -Know-How – Utilização .....	13
E029- Utilização de Nota Promissória para integralização de capital.....	14
E030- Capital Social - forma alternativa de integralização futura de capital .....	14
E031- Capital Social - Atualização de valor na Extinção .....	14
E032 - Capital Social/Redução/Arquivamento de ato com data anterior ou posterior (....	14
E033 - Capital Social/Redução de Capital/Rerratificação do Capital Social com Redução/Procedimentos - Art. 1084 e §§ do CC de 2002.....	14
E034- Resolução da sociedade em relação a um sócio (art. 1031 do CC de 2002).....	14
E035- Redução e aumento de capital no mesmo ato/Sociedade Ltda .....	14
E036- Capital - Redução-EIRELI .....	14
PARTICIPAÇÃO DE MENORES NA SOCIEDADE LTDA / EIRELI:(E036 a E037) .....	15
E037 - Menor - Poder familiar.....	15
E038 - Participação de menor no quadro societário com integralização do capital com imóveis .....	15
FALECIMENTO DE SÓCIO(INVENTÁRIO/PARTILHA) E DIVÓRCIO:(E038 a E042) .....	15
E039 - Inventário/Partilha/Divórcio Consensual por escritura pública ou judicial e baixa da Empresa. Desnecessário o registro de ato alterador prévio ao ato de extinção. ....	15
E040- Formal de Partilha/Escritura Pública de Partilha/Apresentação para Instrução de Processo .....	16
E041 - Falecimento de sócio. Falta de interesse dos demais sócios do ingresso dos herdeiros e do cônjuge sobrevivente na sociedade .....	16
E042 - Espólio- Constituição de Sociedade /EIRELI .....	16
E043 - Espólio - Aquisição/Transferência/Alienação de Quotas .....	16
FALÊNCIA/RECUPERAÇÃO JUDICIAL:(E043 a E045).....	16
E044 - Recuperação Judicial/Plano de Recuperação Judicial/Nome Empresarial/Alterações .....	16
E045- Encerramento de Falência - possibilidade de arquivamento de atos.....	17
E046- Efeitos da Falência.....	17
BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:.....	17

E047- Balanço/Documento de Interesse .....	17
E048- Ato empresarial que aprova o Balanço e demonstrações financeiras.....	17
E049 - Apresentação de publicações de balanço e demonstrações financeiras, instruindo ata de reunião/assembleia de sócios, que os aprova .....	17
<b>OBJETO SOCIAL:</b> .....	18
E050 – Análise da sociedade de propósito específico.....	18
<b>EMPRESA SIMPLES DE CRÉDITO (ESC):</b> .....	18
E051- Empresa Simples de Crédito (ESC): enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.....	18
<b>PARALISAÇÃO TEMPORÁRIA / REINÍCIO DAS ATIVIDADES:(E051 a E053) .....</b>	18
E052 - Paralisação de atividades - Empresário/sociedade/EIRELI - documentação .....	18
E053- Reinício de Atividades - Ato Empresarial .....	18
<b>NOME EMPRESARIAL:</b> .....	18
E054- Nome Empresarial Ltda e Eireli- Denominação - Utilização da palavra “Companhia” .....	18
E055 - Uso das expressões ME e EPP no nome empresarial.....	18
E056 - Utilização de Palavras Estrangeiras no objeto e nome empresarial (exceto empresário individual) .....	19
E057 - Indicação do nome empresarial anterior na alteração que deliberar a sua mudança .....	19
E058- Nome Fantasia – Acréscimo da expressão LTDA .....	19
E059- Nome empresarial - denominação - misto de denominação e firma .....	19
<b>TRANSFERÊNCIA DE SEDE:</b> .....	19
E060 - Transferência de Sede de outra UF para MG.....	19
E061 - Transferência de Sede para outra UF não efetivada.....	20
<b>TRANSFORMAÇÃO/CISÃO/FUSÃO/INCORPORAÇÃO:</b> .....	20
E062 - Transformação do Tipo Jurídico- Visto de Advogado .....	20
E0063 - Incorporação/Transformação- Associação em Sociedade .....	20
E064- Empresário (Individual) – Incorporação- cisão - Fusão- Impossibilidade .....	20
<b>CARTA DE EXCLUSIVIDADE:</b> .....	20
E065- Carta de Exclusividade - Serviço ou Produto.....	20
<b>EMPRESÁRIO INDIVIDUAL (Entendimentos Específicos):</b> .....	20
E066 - Empresário (Individual)/Morte do Titular/Continuidade.....	20
E067 - Empresário(individual) – Titular na EIRELI/cotista na Sociedade Limitada.....	21
<b>CLAUSULAS CONTRATUAIS:</b> .....	21
E068 - Da Indicação de foro no contrato social .....	21
E069 - Consolidação do contrato – ausência – inalterabilidade de cláusulas (Ex025).....	21

E070 - Regime de bens .....	21
E071 - Lucros e Perdas/Participação dos sócios .....	21
E072 - Testemunha/Assinatura .....	21
<b>RERRATIFICAÇÃO DE ATO EMPRESARIAL: .....</b>	<b>21</b>
E073 - Rerratificação de ato empresarial/ ato de conversão de sociedade simples (040)/ de ato de transferência de sede de outra UF(039) .....	22
E074 - Distrato Social - Rerratificação .....	22
<b>REGÊNCIA SUPLETIVA DA LEI DE S/A (LEI 6404/76): .....</b>	<b>22</b>
E075 - Aplicação Supletiva - Lei S/A- Limitada - Condições.....	22
E076 - Existência do Conselho de Administração em sociedade limitada .....	22
E077- Cotas em tesouraria na sociedade limitada. Aplicação do art. 30 da Lei de S/A, possibilidade.....	23
<b>REUNIÃO/ASSEMBLEIA DE SÓCIOS: .....</b>	<b>23</b>
E078 - Reunião de sócios/Convocação -com até 10 sócios.....	23
E079 - Reunião de sócios/Convocação – com mais de 10 sócios.....	23
E080- Arquivamento concomitante da Ata de reunião/assembleia com a alteração contratual .....	23
E081- Reunião/Assembleia /Obrigatoriedade ou não de realização .....	23
E082 - Sócio - Representação na reunião/assembleia .....	24
E083- Assembleia/Reunião- Convocação para outra reunião/assembleia .....	24
E084-Assembleia/Reunião - 2ª convocação - motivo da não realização .....	24
E085 - Convocação- Publicação- 1ª e 2ª convocações- Exigências- Sociedade Limitada....	24
E086 - Convocação- Sociedade Limitada- Prazos. Número de publicações dos editais.....	24
<b>EXCLUSÃO DE SÓCIOS POR JUSTA CAUSA: .....</b>	<b>24</b>
E087 - Exclusão de sócio: na LTDA com apenas 2 sócios (art.1085, § único do CC/2002 com redação dada pela Lei 13.792/2019).....	24
E088 - Exclusão de sócio: na LTDA com mais 2 sócios .....	25
<b>RETIRADA DE SÓCIOS NA SOCIEDADE POR PRAZO INDETERMINADO:.....</b>	<b>25</b>
E089 - Arquivamento do ato de notificação tratado pelo art. 1.029 do CC/2002 como Documento de Interesse .....	25
<b>CESSÃO DE COTAS - INSTRUMENTO PARTICULAR: .....</b>	<b>25</b>
E090 - Registro de instrumento autônomo de cessão de cotas. Desnecessária a apresentação de alteração contratual simultânea ou posterior .....	25
E091 - Registro de alteração contratual tendo como anexo instrumento autônomo de cessão de cotas .....	26
<b>DOAÇÃO DE COTAS: .....</b>	<b>26</b>
E092- Doação de Quotas - Contrato Social .....	26
E093 - Doação - Quotas- Outorga/Autorização Conjugal.....	26

COOPERATIVA:.....	26
E094 - Cooperativa/Incorporação, Desmembramento, Fusão e Transformação/Decisão Colegiada .....	26
E095 - Equiparação das sociedades cooperativas para fins de tratamento diferenciado nas compras públicas.....	26
E096 – Cooperativa - Participação em outra Sociedade .....	27
E097 - Constituição de cooperativa visada pela OCEMG- assinatura digital (novo) .....	27
E098 - Número mínimo de Cooperados para a Constituição de Cooperativa (novo):.....	27
E099 - Possibilidade de previsão estatutária nas sociedades cooperativas da existência de uma diretoria executiva auxiliar da administração da cooperativa:.....	27
DECISÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL .....	27
E100 - Arquivamento Transformação de sociedade/empresa em outro tipo jurídico com anotação de indisponibilidade de bens do titular/sócios .....	27
E101- Arquivamento de extinção de sociedade/empresa com anotação de indisponibilidade de bens do titular/sócios .....	28
E102- Receita Federal/Comunicação Extrajudicial (Ex 096).....	28
E103 - Averbação de Pré-penhora (art. 828 do CPC/2015) .....	28
E104 - Arquivamento de instrumento próprio para cumprimento de decisão judicial .....	28
SOCIEDADE ANÔNIMA.....	28
E105 - Acionistas casados/Regime de comunhão universal/Possibilidade.....	28
E106 - Assinatura digital requerimento dos atos de S/A .....	29
Nome empresarial da S.A.:.....	29
E107 - Nome empresarial da S/A – Formação sem Obrigatoriedade de Indicação do Objeto Social .....	29
Sociedade Anônima com Único Acionista:.....	29
E108 – Sociedade Anônima com único acionista em atos posteriores.....	29
Constituição: .....	29
E109 - Constituição de S/A: Conselho de Administração/Eleição da Diretoria.....	29
E110 – Obrigatoriedade de constituição S/A por instrumento público.....	29
E111 - Comprovante de Depósito para Constituição de S/A .....	29
Dividendos:.....	30
E112 - Dividendos diferentes para ações ordinárias e preferenciais.....	30
Assembleia Geral:.....	30
E113 - Assembleia Geral – Publicações .....	30
E114 - Assembleia Geral-Convocação por Acionista(s).....	30
E115 - Assembleia Geral - Convocação: Publicação Incompleta ou Extemporânea .....	30
E116 - Assembleias Semipresenciais ou Digitais – Convocação.....	30
E117 - Assembleia Geral: “quorum” de instalação e deliberação. ....	30

E118 - Assembleia Geral – Matéria Não Prevista no Edital.....	31
E119 - Assembleia Geral Ordinária - Dispensa da Publicação.....	31
E120 - Assembleia Geral com Interrupção dos Trabalhos .....	31
E121 - Assembleia Geral de Rerratificação .....	31
E122 - Assembleia Geral de Ratificação .....	31
E123 - Assembleia Geral Ordinária- Publicação Extemporânea .....	31
E124 - Assembleia Geral Ordinária - Declaração do art. 294 da Lei 6.404/76.....	31
E125 - Assembleia Geral Ordinária – Aprovação das Contas de Mais de Um Exercício .....	32
E126 - Assembleia Geral Ordinária – Realização Anual .....	32
E127- Assembleia Geral Ordinária-Deliberação Sobre Matéria de Competência de AGE..	32
E128 - AGO/AGE Cumulativas- Distinção de Deliberações .....	32
E129 - Assembleia Geral Ordinária - Parecer do Conselho Fiscal .....	32
E130 - Assembleia Geral Ordinária: Realização Extemporânea.....	32
E131 - Assembleia Geral Ordinária - Competência .....	32
Atas:.....	33
E132 - Ata: Indicação/Reprodução dos Nomes dos Acionistas.....	33
E133 - Atas (AGO-AGE) Fora da Ordem Cronológica .....	33
E134 - Extrato de Ata -Publicação .....	33
E135 - Ata de Reunião do Conselho de Administração -Fixação da Remuneração dos Administradores.....	33
Publicações:.....	33
E136 - Assembleia Geral - Publicação em Jornal Particular. ....	33
E137 - Extrato de Ata – Publicação .....	34
E138 - Publicações: Arquivamento Isolado ou em Ato Separado .....	34
E139 - Publicação de Ata em Apenas Um dos Jornais.....	34
E140 - Publicação - Jornais de Grande Circulação (diversos).....	34
E141 - Arquivamento de Publicação como Documento Principal ou Anexo à Ata .....	34
Capital: .....	34
E142 - Aumento de Capital.....	34
E143 - Aumento de Capital: Realização com Reserva de Ágio .....	34
E144 - Aumento de Capital Exigência de Mínimo Integralizado .....	35
E145 - Aumento de Capital Subscrito em Dinheiro.....	35
E146 - Integralização de Capital com Bens Imóveis .....	35
E147 - Aumento de capital pelo Conselho de Administração .....	35
Diretoria: .....	35
E148 – Eleição dos Administradores .....	35
E149 - Diretoria-Eleição Não Prevista no Edital .....	35

E150 - Indicação da remuneração do Administrador de S/A.....	36
Transformação: .....	36
E151 - Transformação de empresário em S/A .....	36
E152 - Transformação de S/A em outro tipo de sociedade .....	36
E153 - Transformação de S/A em outro tipo societário -aprovação pela maioria.....	36
E154- Atos da Transformação S/A ou Cooperativa - Apresentação .....	36
E155 - Atos de Transformação - Sociedades Contratuais/EIRELI .....	36
Recuperação Judicial: .....	37
E156 - Sociedade Anônima - Recuperação Judicial.....	37
E157- Sociedade Anônima - Recuperação Judicial- Alteração do Nome .....	37
Extinção:.....	37
E158 - Extinção da S/A em Único Ato.....	37
Cisão - Fusão - Incorporação: .....	37
E159 - Incorporação de empresas com patrimônio negativo .....	37
E160- Atos de incorporação - Sede Fora – Apresentação da Documentação.....	37
CONSÓRCIO: .....	37
E161 - Arquivamento de Atos de Consórcio .....	37
E162 - Arquivamento de Atas de Reunião da Consorciada Líder no Consórcio de Energia	37
E163 - Participação em Consórcio: Consorciada e Unidade Consumidora .....	38
ÍNDICE ALFABÉTICO: .....	38

## **ENTENDIMENTOS EM MATÉRIA DE REGISTRO MERCANTIL – ATUALIZADOS CONFORME LEGISLAÇÃO E INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 81/2020**

### **ASSUNTOS GERAIS:**

#### **E001 - Documento: Via Original dos Atos Principais: Conceito**

**Entendimento:** Para fins de registro digital considera-se original a via do documento eletrônico em formato PDF/A, enviada como documento principal e assinada digitalmente pelos signatários com o uso de certificado digital válido emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil. O procedimento supra aplica-se a constituição, alteração, extinção, atas, estatutos, laudo de avaliação e outros atos de empresa/sociedade, à exceção de “Documento de Interesse” e dos seguintes atos, que não são passíveis de validação digital e, portanto, poderão ser apresentados em cópias digitalizadas a partir dos originais, desde que instruída com a declaração de autenticidade assinada digitalmente por contador, técnico de contabilidade ou advogado:

-Atos empresariais arquivados na Junta Comercial de outra UF (que ainda adota o registro físico de atos na Junta Comercial de Origem);

-Atos com deliberação de transferência de registro do cartório para JUCEMG (IN DREI 81/2020: art. 28, inc. II, b, arts.35/36).

#### **E002- Alteração de Nome Civil e Dados Meramente Cadastrais**

**Entendimento:** As mudanças em dados pessoais do empresário individual, titular de EIRELI e sócios, acionistas ou associados de sociedades como mudança de nome civil, endereço (inclusive CEP) e estado civil, nos atos societários levados a registro, inclusive extinção, podem ser realizadas no preâmbulo, sendo desnecessário que conste em cláusulas específicas (Redação conforme Instrução Normativa DREI nº 81/2020: Manual de Empresário Individual, pag.32/Manual de EIRELI, pag. 40/Manual de Sociedade Limitada, pag.57).

#### **E003- Sócio/titular - Qualificação - Estado Civil - União Estável**

**Entendimento:** Na qualificação do sócio/titular aceitável a indicação do estado civil solteiro/divorciado/viúvo ou separado judicialmente, conforme o caso, acrescido da condição “em união estável” (IN DREI 81/2020: Manuais de Registro: Item Preâmbulo do Ato Constitutivo/Alterador).

#### **E004- Divergência de Dados**

**Entendimento:** A divergência de dados verificada quando da análise do processo entre a ficha cadastral e o ato apresentado, antes da conversão em exigência deverá ser conferida pelo Analista/examinador com os atos anteriormente arquivados, ressalvada a possibilidade de alteração de dados meramente cadastrais do titular/sócio/acionista/ associado no preâmbulo do ato, conforme previsto no E002.

#### **E005- Capa de Processo/Requerimento/Indicação do Nome Empresarial**

**Entendimento:** Em se tratando de alteração do nome empresarial, deverá ser indicado na capa/requerimento o novo nome empresarial.



## **E006 - Indicação de NIRE e CNPJ para Identificação da Sociedade Empresária e Cooperativas**

**Entendimento:** Em todos os atos modificativos ou extintivos de empresa, sociedade empresária e cooperativa será necessária a indicação do CNPJ. Dispensável a exigência de indicação do NIRE no ato (Anexos II, III, IV, V e VI da IN DREI 81/2020).

## **E007 - Contagem de Prazos**

**Entendimento:** Será observada a norma geral prevista no art. 132 do Código Civil de 2002, que determina a contagem dos prazos excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.

## **E008 - Dispensa de Aprovação Prévia por Órgãos/Entidades Governamentais**

**Entendimento:** Nos atos empresariais apresentados para registro está dispensada a aprovação prévia por órgãos ou entidades governamentais competentes para fiscalizar atividades profissionais (Lei 13.874/2019 e art.35, parágrafo único da Lei 8.934/94).

## **E009 - Legitimados para requerer o arquivamento do Documento de interesse**

**Entendimento:** Conforme art.46 do Decreto Federal nº 1800/96, com nova redação dada pelo Decreto Federal nº 10.173/2019, os documentos de interesse do empresário ou da sociedade empresária serão arquivados mediante requerimento do titular, sócio, administrador ou representante legal.

Exceções: Requerimento de averbação de pré-penhora feita pelo exequente (art.828 e seguintes do CPC). Termo ou ordem judicial de penhora de quotas. Requerimento de registro de Formal de Partilha feito por cônjuge ou herdeiro de sócio/titular para conservação de direitos e oposição a terceiros. Outras decisões judiciais.

## **E010 - Exigência para anexar certidão do Cartório. Conversão de sociedade civil /simples em empresária (ato 040)**

**Entendimento:** O processo de transferência de registro do Cartório para JUCEMG, se instruído com o ato de alteração que deliberou a transferência com consolidação do ato constitutivo e devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, dispensa a juntada de certidão em breve relato emitida pelo Cartório (art.84, IN DREI 81/2020).

## **PROCURAÇÕES:(E011 a E013)**

### **E011- Outorga de procuração por sócio menor relativamente capaz, assistido pelos pais ou por tutor, quando for o caso, e Espólio representado por inventariante**

**Entendimento:** Os relativamente incapazes somente poderão outorgar mandato por instrumento público, devidamente assistidos (IN DREI 81/2020, anexo IV, Manual de LTDA: Capítulo I, item 1.2, e anexo III: Manual de EIRELI: Capítulo I. item 1.2, e Manual de S/A: Capítulo 1, 1.2).

O Espólio representado pelo Inventariante pode outorgar procuração por instrumento público ou particular para a prática de atos de administração ordinária no interesse do Espólio (art.618, I do CPC/2015 c/c art.654 do Código Civil).

#### **E012- Outorga de poderes por procuração à pessoa jurídica (Ex 012)**

**Entendimento:** A pessoa jurídica como sujeito capaz de adquirir direitos e contrair obrigações, poderá ser parte como outorgante e/ou outorgada em procurações, desde que devidamente representada (art. 654 do Código Civil 2002).

#### **E013- Poderes específicos na procuração**

**Entendimento:** Na procuração por instrumento público ou particular os poderes devem ser específicos para a prática dos seguintes atos empresariais: constituição, alteração, reativação, cessão de cotas, admissão de titular/sócio, assinar declaração do art.1011 do CC/2002, outorga uxória/marital e extinção. (tais atos exorbitam da administração ordinária, conforme previsto no art.661,§1º do CC/2002). No caso de alteração de dados da sociedade os poderes podem ser genéricos desde que refira a praticar atos na Junta Comercial ou assinar alterações. O(s) outorgante(s) tem que ser o titular (empresário ou eireli) e os sócios na sociedade limitada(IN 81/2020: Manuais DREI- Informações Básicas para o Registro: item Procuração e art.63 da Lei 8934/94).

#### **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE:**

#### **E014 - Autenticação e validação de cópias de documentos para instrução de processos. Cópias de documentos autenticadas em Cartório**

**Entendimento:** A) Os documentos eletrônicos e cópias autenticadas em Cartório, passíveis de validação em sítios da INTERNET dispensam a juntada de declaração de autenticidade (art.63, § 1º da Lei 8934/94 incluído pela Lei 13.874/2019 - redação atualizada conforme IN DREI 81, art.36, inc.VI, b).

B) A cópia de documento, que instruiu o processo digital, poderá ser autenticada pelo advogado, contador ou técnico em contabilidade da parte interessada, mediante o modelo de declaração de autenticidade constante do anexo VII da IN DREI nº 81/2020 e disponível no sistema de registro digital da JUCEMG.

#### **E015 - Dispensa da juntada da cópia da identidade profissional do signatário da Declaração de Autenticidade**

**Entendimento:** A assinatura digital nos atos empresariais e nos seus anexos supre a exigência de apresentação de prova de identidade nos casos exigidos pela legislação e normas de Registro Empresarial. (art.36, inciso II da IN DREI 81/2020). Assim dispensa-se a apresentação do documento de identidade profissional do declarante que assinou digitalmente a declaração de autenticidade. Este documento será exigido apenas no documento manual (art. 28 da IN DREI 81/2020).

#### **ADMINISTRADOR DA SOCIEDADE/EIRELI:**

#### **E016- Administrador – indicação de Suplente ou Administrador Eventual (previsão hipotética de morte, incapacidade permanente ou temporária do substituído)**

**Entendimento:** Se nomeado/designado o suplente ou eventual de administrador, deverá ser indicada a sua qualificação completa, bem como exigida a juntada de cópia do seu documento de identidade e a declaração de desimpedimento (art. 1.011 do CC), com a sua respectiva assinatura nesta. Dispensável a exigência de juntada de cópia da identidade, se o administrador eventual eleito assinar digitalmente o ato de eleição e a declaração de desimpedimento.

#### **E017- Administrador/documento de identidade/declaração do art.1.011 do CC/2002**

**Entendimento:** a assinatura digital do administrador no ato de sua eleição ou nomeação dispensa a apresentação do documento de Identidade a que se refere o inciso "V", do art. 37, da Lei nº 8.934/1994, no entanto, se o administrador nomeado não assinar o ato pessoalmente e com certificado digital padrão ICP- Brasil, necessário apresentar a cópia da sua identidade e declaração de desimpedimento assinada manualmente ou eletronicamente (art.1011, § 1º do CC). Esses documentos em cópia que instruem o ato principal de nomeação/eleição do administrador devem estar acompanhados da declaração de autenticidade conforme IN DREI 81/2020: art.28,inc.II, b ou autenticadas conforme as outras formas previstas no art. 63 da Lei 8934/94 (atualizado pela Lei 13.874/2019).

#### **E018 - Administrador Não Sócio/Indicação na Consolidação Contratual**

**Entendimento:** é facultativa a inclusão do nome do administrador não sócio na consolidação contratual, quando a sua designação se deu em ato separado (art. 1.062 e §§ do CC).

#### **E019 - Administrador Não Sócio/Destituição/Desnecessária sua Anuência**

Entendimento: não é necessária a anuência do administrador não sócio no ato em que deliberou sua destituição. A destituição é um ato unilateral da sociedade, que se consubstancia com a decisão dos sócios.

### **PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS:**

#### **E020 - Estrangeiro- Identidade**

Entendimento: O arquivamento de ato empresarial do qual conste participação de imigrante no Brasil, será instruído com fotocópia do documento de identidade deste, emitido por autoridade brasileira, com a comprovação da condição de residente (art.11, caput, da IN DREI 81/2020).

Não expedido o documento de identidade do imigrante, este poderá apresentar o documento comprobatório de sua solicitação à autoridade competente, acompanhado de documento de viagem válido ou de outro documento de identificação estabelecido em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. (Art.11, §2º da IN DREI 81/2020). Ao refugiado, bem como ao solicitante de reconhecimento da condição de refugiado, nos termos da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, aplica-se o regramento previsto para os imigrantes, mediante apresentação do protocolo de solicitação de refúgio ou Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, nos termos do Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018." (IN DREI 81/2020, art.17)

Em relação aos portugueses, deverá ser exigido, quando for o caso, documento de identidade de modelo igual ao do brasileiro, com menção da nacionalidade do portador e referência ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, promulgado pelo Decreto nº 3927/2001 (Art.11,§1º da IN DREI 81/2020).

Não é necessário coincidir o prazo de vigência da carteira de identidade do imigrante com o do seu mandato. Para exercício da administração e membro do Conselho Fiscal deverá o imigrante residir no Brasil (adequação as disposições da lei 13.445, de 24 de maio de 2017).

#### **E021 - Documento Lavrado em Países Estrangeiros de Língua Portuguesa**

**Entendimento:** O documento deverá conter a autenticação por autoridade consular brasileira, no País de origem ou conter o apostilamento, se o país de origem de língua portuguesa for signatário da Convenção de Haia (IN/DREI nº 81, art.15: caput e §2º).

#### **E022 - Sócio Estrangeiro Casado / Indicação do Regime de Bens / Dispensa**

**Entendimento:** “O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal” (§ 4º do art.7º da LINDB). Não será obrigatória a indicação de regime de bens para o sócio estrangeiro, desde que haja declaração da realização de casamento no exterior.

#### **E023- Sócio brasileiro/estrangeiro residente ou domiciliado no exterior. Constituição de Procurador**

**Entendimento:** Necessária à apresentação de procuração constituindo procurador capaz residente no Brasil, com poderes para representação do outorgante no país e outros poderes específicos para a prática do ato, se o outorgado for assinar o ato empresarial, observada a legislação que rege o tipo jurídico. Desnecessário a exigência de constar expressamente na procuração: poderes para receber citação judicial (art.12 da IN DREI 81/2020).

#### **FILIAIS:**

#### **E024- Indicação de Capital destacado e atividade para a filial e matriz. (Ex015)**

**Entendimento:**

**A)** A indicação de destaque de capital para a filial (ou tipo de dependência, incluindo-se a matriz) é facultativa. Se indicado, a soma dos destaques de capital destinados às filiais e a matriz deverá totalizar o capital da empresa (Anexos II, III, IV e V da IN DREI nº 81/2020)

**B)** Quando houver mais de um estabelecimento, é facultativa a **indicação de objeto** para o estabelecimento matriz ou para a filial, porém, quando efetuada, deverá reproduzir os termos do texto do objeto da empresa, integral ou parcialmente. Não há obrigatoriedade das atividades elencadas para as filiais constarem das atividades que forem elencadas para o endereço da matriz (Anexos II, III, IV e V da IN DREI nº 81/2020).

## **CAPITAL SOCIAL/CAPITAL DA EIRELI:(E025 a E035)**

### **E025- Integralização do capital social com moeda estrangeira e com criptomoedas, Possibilidade**

#### **Entendimento:**

**A)** É admitida na forma da lei, a integralização do capital social com recursos expressos em moeda estrangeira, desde que convertido em moeda nacional e que pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

**B) Integralização de capital com criptomoedas ou moedas digitais:** Conforme OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 4081/2020/ME do DREI, não há nenhuma vedação legal expressa para a integralização de capital com criptomoedas, valendo lembrar, nesse particular, o que dizem o art. 997, inciso III do Código Civil e o art. 7º da Lei 6.404/1976. Por fim, não existem formalidades especiais que devam ser observadas pelas Juntas Comerciais "para fins de operacionalizar o registro dos atos empresariais que eventualmente envolverem o uso de criptomoedas", devendo ser respeitadas as mesmas regras aplicáveis à integralização de capital com bens móveis, conforme o respectivo tipo societário, limitando-se às Juntas Comerciais ao "exame do cumprimento das formalidades legais" do ato objeto de arquivamento (art. 40 da Lei 8.934/1994).

### **E026 - Integralização de capital com bens imóveis**

**Entendimento:** Na integralização de capital com bens imóveis o requerente deverá transcrever, no instrumento competente, as seguintes informações sobre o bem incorporado: a descrição e identificação do imóvel, sua área, dados relativos à sua titulação, bem como o número da matrícula no registro imobiliário (art. 35 inciso VII letra a da lei 8.934/94). No caso de sociedade anônima é obrigatória a apresentação do laudo de avaliação nos termos do art. 8º da Lei 6.404 de 15.12.1976.

### **E027 -Capital Social/Integralização/Imóveis pertencentes a terceiros**

**Entendimento:** aceitável a integralização do capital social com bens imóveis pertencentes a pessoas estranhas ao quadro societário. O art.53, inciso III, alínea "a" do Decreto n.1800/1996 exige apenas a referência à titulação do bem, ou seja, os dados que permitem indicar seu proprietário. Logo, não se pode concluir que os bens apontados devam ser de propriedade do titular/sócio. Necessária a assinatura do proprietário do imóvel e outorga uxória/marital se casado (IN DREI 81/2020: Manuais de Registro: item Integralização com bens).

### **E028 -Know-How – Utilização**

**Entendimento:**O Know-how, salvo se registrado no INPI, não pode ser objeto de relação jurídica por ser indissociável da pessoa do sujeito de direito. É atributo subjetivo, sem existência própria e autônoma. A impossibilidade jurídica decorre da impossibilidade material. É impossível transferir materialmente experiência existencial, com fulcro no art.166, II, do Código Civil, haja vista a impossibilidade jurídica de seu objeto. A experiência acumulada é indissociável da pessoa que a detém, sendo assim

intransmissível, a não ser como mera força de trabalho, que a inviabiliza para integralizar o capital de uma sociedade empresária ou EIRELI.

#### **E029- Utilização de Nota Promissória para integralização de capital**

**Entendimento:** Nas sociedades Limitadas e S/A é possível a utilização do título de crédito-Nota Promissória para integralização do capital social. Para a EIRELI deverá ser declarado o emitente e beneficiário da nota promissória no ato empresarial. O titular da EIRELI não poderá ser o emitente, mas o beneficiário que deverá endossar para a empresa.

#### **E030- Capital Social - forma alternativa de integralização futura de capital**

**Entendimento:** É permitida a indicação de formas alternativas de integralização do capital, desde que estas sejam discriminadas (IN DREI 81/2020, anexo IV- Capítulo II, seção I, item 4.3). NA EIRELI somente é possível a integralização futura com formas alternativas naquilo que exceder ao valor mínimo de 100 salários mínimos (Anexo III- Manual de EIRELI: Capítulo II, Seção I, item 5.2).

#### **E031- Capital Social - Atualização de valor na Extinção**

**Entendimento:** Admissível à atualização do capital social à moeda vigente, na extinção.

#### **E032 - Capital Social/Redução/Arquivamento de ato com data anterior ou posterior (**

**Entendimento:** a alteração contratual que deliberar a redução do capital deverá ter data anterior a da publicação do seu resumo, desde que observado o prazo de 90 dias contados da 1ª publicação para o seu arquivamento (§1º do art. 1.084 da lei 10.406/2002).

#### **E033 - Capital Social/Redução de Capital/Rerratificação do Capital Social com Redução/Procedimentos - Art. 1084 e §§ do CC de 2002**

**Entendimento:** considera-se, para efeitos de aplicação dos procedimentos exigidos na redução de capital (art. 1.082, II CC), a rerratificação para correção de valores, que torna o capital social inferior ao anteriormente declarado. Necessária, nesse caso, a juntada das publicações previstas no §1º do art. 1.084, do CC, caso a sociedade não seja enquadrada como ME/EPP (LC 123/2006).

#### **E034- Resolução da sociedade em relação a um sócio (art. 1031 do CC de 2002)**

**Entendimento:** Dispensados os procedimentos do art. 1084 do Cód. Civil, quando a sociedade se resolver em relação a um sócio e promover a redução do capital liquidando sua cota.

#### **E035- Redução e aumento de capital no mesmo ato/Sociedade Ltda**

**Entendimento:** Na alteração contratual que deliberar redução de capital e concomitantemente o aumento deste, em valor igual ou superior ao capital anterior, são dispensadas a publicação do ato de deliberação.

#### **E036- Capital - Redução-EIRELI**

**Entendimento:** Pode a EIRELI reduzir o capital, desde que respeitado o valor mínimo exigido do CC (100 vezes o salário mínimo). No caso de redução de capital por ser excessivo em relação ao objeto da empresa. A EIRELI deverá apresentar à JUCEMG, para registro:-Publicação do ato de alteração que deliberou a redução do capital ou seu resumo com a identificação da EIRELI (nome empresarial e CNPJ), valor do capital a ser reduzido e o motivo da redução, o ato de alteração que deliberou a redução do capital. A documentação acima somente poderá ser registrada na JUCEMG se decorridos 90 dias da data da 1ª. publicação no Diário Oficial/ jornal de grande circulação. As empresas enquadradas como ME ou EPP estão dispensadas da publicação (Anexo II da IN/DREI 81/2020, Seção II, item 4.1, pag.39).

#### **PARTICIPAÇÃO DE MENORES NA SOCIEDADE LTDA / EIRELI:(E036 a E037)**

##### **E037 - Menor - Poder familiar**

**Entendimento:** Conforme art. 1.690 do Código Civil compete aos pais, e na falta de um deles ao outro, com exclusividade, representar os sócios menores de dezesseis anos, bem como assisti-los até completarem a maioridade. É desnecessário, para fins do registro, esclarecimento quanto ao motivo da falta. (IN 81/2020-DREI, anexo IV, cap. II, seção I, item 3.1; e anexo III, cap.II, seção I, item 3.1).

##### **E038 - Participação de menor no quadro societário com integralização do capital com imóveis**

**Entendimento:** Participando da sociedade sócio menor, não emancipado, o capital social deverá estar **totalmente integralizado** (art. 974, §3º, inciso II do CC 2002). A integralização de capital com bens imóveis de menor depende de autorização judicial(Anexo IV da IN DREI 81/2010, Capítulo II, Seção I, item 4.3.4).

**Se for declarado que o capital é integralizado no ato, poderá ser integralizado a participação no capital com imóveis pertencentes a outros sócios maiores e capazes ou de terceiros, que não seja o menor.**

#### **FALECIMENTO DE SÓCIO(INVENTÁRIO/PARTILHA) E DIVÓRCIO:(E038 a E042)**

**E039 - Inventário/Partilha/Divórcio Consensual por escritura pública ou judicial e baixa da Empresa. Desnecessário o registro de ato alterador prévio ao ato de extinção.**

**Entendimento:** O inventário, a partilha, a sobrepartilha, a separação consensual e o divórcio consensual poderão ser realizados pelos tabeliães de notas ou judicialmente. A escritura pública ou formal de partilha de inventário do falecido ou do divórcio judiciais, constituirá título hábil para a formalização de transferência de propriedade de bens e direitos no distrato social da sociedade limitada ou extinção do empresário individual ou EIRELI, quando for o caso. Os herdeiros e cônjuge sobrevivente deverão ser qualificados e assinarem o ato de extinção de sociedade/EIRELI ou Empresário Individual. Portanto, dispensável o registro do ato alterador prévio para ingresso dos herdeiros e cônjuge sobrevivente. A indicação na escritura pública de que uma determinada pessoa ficará responsável pela assinatura do ato de extinção/distrato,

equivale ao instituto do mandato previsto no art.653 e seguintes do CC/2002, assim, dispensa-se no caso, a assinatura dos demais herdeiros ou do cônjuge sobrevivente.

#### **E040- Formal de Partilha/Escritura Pública de Partilha/Apresentação para Instrução de Processo**

**Entendimento:** para o registro de atos societários/empresariais que decorram de partilha de bens, necessário juntar ao processo a cópia digitalizada em formato PDF/A da sentença homologatória e as folhas da partilha nela referidas ou Escritura Pública completa do inventário e partilha dos bens lavrada no Tabelionato de Notas. Tal documento em arquivo anexo deverá estar instruído pela declaração de autenticidade assinada por contador/contabilista ou advogado (IN DREI 81/2020: art.28, II, b) ou autenticada por outras das modalidades previstas no art. 63 da Lei 8934/94 (atualizada conforme Lei 13.874/2019 e IN DREI 81/2020).

#### **E041 - Falecimento de sócio. Falta de interesse dos demais sócios do ingresso dos herdeiros e do cônjuge sobrevivente na sociedade**

**Entendimento:** Na hipótese de não existir interesse de continuidade da sociedade com os herdeiros, ou seja, de ser promovida a liquidação das quotas do falecido por deliberação dos sócios remanescentes, não é necessária a apresentação de alvará e/ou formal de partilha e, independe da vontade dos herdeiros do sócio falecido. Caberá, ainda, aos sócios remanescentes, após a liquidação da(s) quota(s) proceder com a redução do capital social ou suprir o valor da quota (art. 1.031, § 1º, do CC), bem como promover o pagamento da quota liquidada, em dinheiro, no prazo de noventa dias, a partir da liquidação, salvo acordo ou estipulação contratual em contrário (art. 1.031, § 2º, do CC). (Anexo IV da IN DREI 81/2020, Capítulo II, Seção IV, item 4.5).

#### **E042 - Espólio- Constituição de Sociedade /EIRELI**

**Entendimento:** O espólio não tem personalidade jurídica, portanto não pode ingressar em uma sociedade/EIRELI como sócio ou titular(art. 981, CC), salvo se a sociedade resultar da cisão que tinha participação do espólio ou por determinação judicial.

#### **E043 - Espólio - Aquisição/Transferência/Alienação de Quotas**

**Entendimento:** Somente com a autorização do juiz, poderá o representante do espólio subscrever, adquirir, alienar, ou realizar quaisquer outras operações que envolvam quotas pertencentes ao espólio. O inventariante, conforme o art. 618 do CPC/2015, tem poderes, apenas, para administrar os bens do espólio, salvo as hipóteses de inventário extrajudicial: nesse caso, qualquer forma de disposição patrimonial sobre as cotas do Espólio deverá estar expressamente prevista da Escritura Pública de inventário ou partilha/sobrepilha (alterado para adequar-se ao CPC/2015 e Anexo IV da IN DREI 81/2020- Capítulo II, Seção IV, item 4.5).

#### **FALÊNCIA/RECUPERAÇÃO JUDICIAL:(E043 a E045)**

#### **E044 - Recuperação Judicial/Plano de Recuperação Judicial/Nome Empresarial/Alterações**



**Entendimento:** A concessão da Recuperação Judicial será arquivada no prontuário da empresa, bem como anotada em seu cadastro, à vista de comunicação do Juízo competente. (parágrafo único do art. 69 da Lei 11.101/2005). Não é obrigatório o registro/arquivamento do Plano de Recuperação Judicial já que este documento é apresentado em juízo na fase para o processamento da recuperação judicial.

-Ao nome empresarial quando do registro da comunicação deverá ser acrescida a expressão "em Recuperação Judicial" (art. 69 da Lei 11.101/2005).

-Durante o período da Recuperação Judicial a Junta Comercial poderá arquivar alterações/atas de assembleias, desde que não importem em alienação de patrimônio, salvo com autorização do Juiz processante.

#### **E045- Encerramento de Falência - possibilidade de arquivamento de atos**

**Entendimento:** Admissível o arquivamento de atos da empresa para continuidade ou extinção de suas atividades após a comunicação do encerramento da falência com extinção das obrigações, conforme disposições do art. 102 da Lei Nº. 11.101/2005.

#### **E046- Efeitos da Falência**

**Entendimento:** É vedada a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, admitida, contudo, a desconsideração da personalidade jurídica (art.82- A da Lei 11.101/2005, incluído pela Lei nº 14.112, de 2020). Em regra, a existência de impedimentos/bloqueios no cadastro da JUCEMG em relação a pessoas físicas em razão de sua participação em sociedade falida, não impede a participação desses em outras empresas e nem o registro de atos empresariais destas. Somente determinação judicial expressa na sentença que decretou a falência pode trazer diretriz em sentido contrário, como no caso da ocorrência de crime falimentar.

#### **BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:**

##### **E047- Balanço/Documento de Interesse**

**Entendimento:** Imprópria à juntada dos Termos de Abertura e de Encerramento ao Balanço apresentado para arquivamento como documento de interesse, já que fazem parte do livro diário. Se apresentados deverão ser excluídos do arquivo digital contendo o documento (código do ato 223 – balanço).

##### **E048- Ato empresarial que aprova o Balanço e demonstrações financeiras**

**Entendimento:** Admissível à aprovação de Balanço por meio de alteração contratual não somente em ata de reunião de sócios (art. 1072, § 3º do CC/2002).

##### **E049 - Apresentação de publicações de balanço e demonstrações financeiras, instruindo ata de reunião/assembleia de sócios, que os aprova**

**Entendimento:** Desnecessária a publicação do Balanço e demonstrações financeiras em Diário Oficial e Jornal de Grande Circulação para as Sociedades Limitadas, mesmo que de grande porte, pois o art. 3 da Lei 11.638/2007 somente é aplicável à Sociedade

por Ações no tocante à exigência dessas publicações. Se publicados, conforme S/A, dispensa-se a sua juntada desde que tenha a indicação do jornal, data e página.

### **OBJETO SOCIAL:**

#### **E050 – Análise da sociedade de propósito específico**

**Entendimento:** O fato de a sociedade limitada caracterizar-se como Sociedade de Propósito Específico não altera a análise pela Junta Comercial para fins de registro, que ficará adstrita aos aspectos formais aplicáveis ao tipo societário (IN DREI 81/2020: Manual de LTDA: Capítulo II, Seção I, item 8).

#### **EMPRESA SIMPLES DE CRÉDITO (ESC):**

#### **E051- Empresa Simples de Crédito (ESC): enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**

**Entendimento:** A despeito da vedação de ingresso no Simples Nacional, não há qualquer impedimento que a ESC adote a forma de microempresa ou empresa de pequeno porte. (Anexos III e IV da IN DREI 81/2020).

### **PARALISAÇÃO TEMPORÁRIA / REINÍCIO DAS ATIVIDADES:(E051 a E053)**

#### **E052 - Paralisação de atividades - Empresário/sociedade/EIRELI - documentação**

**Entendimento:** A comunicação de paralisação temporária das atividades deverá ser apresentada da seguinte forma: - se Empresário - formulário próprio, - se sociedade/Eireli - formulário próprio ou inserção da deliberação no ato de alteração, desde que indicado o evento próprio.

#### **E053- Reinício de Atividades - Ato Empresarial**

**Entendimento:** Registrada a “Comunicação de Paralisação Temporária das Atividades”, para o reinício de suas atividades, deverá ser apresentado um dos seguintes documentos: “Comunicação de Reinício de Atividades paralisadas temporariamente” ou ato empresarial específico de alteração do tipo jurídico contendo em cláusula a deliberação de reinício das atividades, podendo nesse caso o ato conter outras deliberações.

### **NOME EMPRESARIAL:**

#### **E054- Nome Empresarial Ltda e Eireli- Denominação - Utilização da palavra “Companhia”**

**Entendimento:** Na denominação da sociedade limitada ou EIRELI poderá ser utilizada a palavra “Companhia”, por extenso ou abreviada.

#### **E055 - Uso das expressões ME e EPP no nome empresarial**

**Entendimento:** A partir de 1º de janeiro de 2018 com a revogação do art. 72 da Lei Complementar 123/2006, não é passível de registro o nome empresarial que traga designação de porte ao seu final (ME ou EPP). Para empresas já registradas na JUCEMG

antes da referida data, somente quando o ato a ser arquivado contemplar expressamente alteração do nome empresarial é admissível a formulação de exigência para exclusão da designação de porte (art.22, inciso V da IN DREI 81/2020).

#### **E056 - Utilização de Palavras Estrangeiras no objeto e nome empresarial (exceto empresário individual)**

**Entendimento:** Quaisquer expressões originárias de língua estrangeira poderão ser utilizadas no objeto social para indicação da atividade econômica e na formação do nome empresarial, observada as demais regras de formação do nome (art.18, § 3º e art. 22, parágrafo único da IN DREI 81/2020).

#### **E057 - Indicação do nome empresarial anterior na alteração que deliberar a sua mudança**

**Entendimento:** A indicação do nome empresarial anterior no ato de alteração deste é necessária para clareza da deliberação.

#### **E058- Nome Fantasia – Acréscimo da expressão LTDA**

**Entendimento:** Quando o nome de fantasia tiver a composição diferente do nome empresarial não poderá ser acrescida a sigla que expressa o tipo jurídico adotado. Se a composição for idêntica é aceitável. Vedado também o uso de sigla no nome fantasia característico de tipo jurídico diverso daquele adotado pela empresa no seu registro atual na JUCEMG.

#### **E059- Nome empresarial - denominação - misto de denominação e firma**

**Entendimento:** É desnecessária a alteração da denominação nos casos de saída de sócio que emprestava o seu nome (ou sobrenome) no nome empresarial, bem como no caso de alteração da relação social entre os sócios, em razão da saída de sócio (ex.: Bar Silva e Filho Ltda, com a saída do “filho” da sociedade).

#### **TRANSFERÊNCIA DE SEDE:**

#### **E060 - Transferência de Sede de outra UF para MG**

##### **Entendimento:**

- **S/A e Cooperativa:** certidão simplificada expedida pela Junta Comercial de origem, contendo o ato que deliberou a mudança do endereço, e cópia autenticada de ato empresarial em que conste o estatuto social, devidamente registrado na Junta Comercial de origem.

-**Ltda/Eireli:** certidão simplificada expedida pela Junta Comercial de origem contendo o ato que deliberou a mudança do endereço, acompanhada de cópia autenticada do ato que deliberou a transferência de sede, ou apenas o ato consolidado que deliberou a transferência de sede registrado na Junta Comercial de Origem.

- **Empresário:** O requerimento de empresário (REMP) com o evento próprio de transferência de sede acompanhado do REMP arquivado na Junta Comercial de origem contendo a alteração do endereço da sede.

### **E061 - Transferência de Sede para outra UF não efetivada**

**Entendimento:** Se o ato de transferência de sede para outra UF não foi apresentado a Junta Comercial de destino, situação comprovada pela juntada de certidão negativa de registro do referido ato expedida pela Junta Comercial de destino, a empresa interessada poderá registrar na JUCEMG ato de rerratificação da alteração da sede explicitando o fato e retornar a sede para MG (IN DREI 81/2020: Manuais DREI- item: Não efetivação do ato de transferência de sede).

### **TRANSFORMAÇÃO/CISÃO/FUSÃO/INCORPORAÇÃO:**

#### **E062 - Transformação do Tipo Jurídico- Visto de Advogado**

**Entendimento:** À vista da previsão do art. 1.113 do CC/2002, o ato de transformação obedecerá aos preceitos que regulam a constituição e registro do tipo a ser adotado pela sociedade/EIRELI. Assim, o visto de advogado deverá ser exigido no ato constitutivo do novo tipo jurídico, exceto se a empresa no tipo jurídico anterior já estiver enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou requerer o enquadramento em um desses portes concomitantemente ao registro do ato de transformação (art. 62 caput e §2º da IN DREI 81/2020).

#### **E0063 - Incorporação/Transformação- Associação em Sociedade**

**Entendimento:** A incorporação é uma operação exclusivamente societária, na forma dos arts. 116 do CC e 223 da Lei 6404/76, não se aplicando a associações(art.69 a 73 da IN DREI 81/2020). Já a transformação/conversão de Associação em Sociedade Empresária e vice-versa passou a ser admitida com o advento da IN DREI 81/2020 (art.84 e 85)

#### **E064- Empresário (Individual) – Incorporação- cisão - Fusão- Impossibilidade**

**Entendimento:** Não se aplica ao Empresário Individual as operações de incorporação, cisão e fusão, uma vez que essas operações somente são possíveis entre sociedades/EIRELI (artigos 44, 1.116 e 1.119 CC/ 2002).

### **CARTA DE EXCLUSIVIDADE:**

#### **E065- Carta de Exclusividade - Serviço ou Produto**

**Entendimento:** O documento que tenha por finalidade fazer prova que a empresa detém a exclusividade sobre algum produto ou serviço, deverá atender os seguintes requisitos: O documento deverá ser produzido pelo agente concedente da exclusividade sobre o produto ou sobre o serviço, na forma de “Carta de Exclusividade”, ou; documento que ateste ser o interessado o único fornecedor de determinado produto ou serviço, emitido pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal pertinente à categoria. O documento se físico, poderá ser apresentado digitalizado acompanhado da declaração de autenticidade (IN DREI 81/2020: art.28, inc.II, b) ou autenticado dentre as outras formas previstas no 63 da Lei 8934 /94.

### **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL (Entendimentos Específicos):**

#### **E066 - Empresário (Individual)/Morte do Titular/Continuidade**

**Entendimento:** com a morte do empresário individual a transferência de titularidade da empresa se opera mediante ordem judicial, salvo inventário extrajudicial em que a escritura pública poderá substituir o alvará se indicada de forma clara a transferência da titularidade, nos termos do art.610,§1º do CPC/2015. A autorização Judicial ou escritura pública de inventário, deverá ser apresentada no registro digital como anexo ao Requerimento de Empresário. Em qualquer caso, instruída pela declaração de autenticidade (IN DREI 81/2020- art.28, II, b): ou autenticado pelas outras formas previstas no art.63 da Lei 8934/94.

#### **E067 - Empresário(individual) – Titular na EIRELI/cotista na Sociedade Limitada**

Entendimento: O Empresário Individual não poderá ser cotista ou titular de EIRELI, por não ter personalidade jurídica e somente ser equiparado à pessoa jurídica para efeitos fiscais.

#### **CLAUSULAS CONTRATUAIS:**

##### **E068 - Da Indicação de foro no contrato social**

Entendimento: É obrigatória a indicação do foro no contrato social, nos termos da alínea “e” do inciso III do art. 53 do Decreto 1.800/96.

##### **E069 - Consolidação do contrato – ausência – inalterabilidade de cláusulas (Ex025)**

Entendimento: Não há obrigatoriedade da indicação do seguinte fecho: permanecem inalteradas as demais cláusulas não alteradas.

##### **E070 - Regime de bens**

Entendimento: Dada a proibição contida no art. 977 do CC - sociedade entre cônjuges casados sob os regimes de comunhão universal de bens ou separação obrigatória, necessária a indicação do regime de bens na qualificação dos sócios casados, bem como se indicada a condição de união estável nas constituições e admissão de sócios. Como o regime de separação de bens previsto no CC2002 subdivide-se em duas espécies - o regime de separação total de bens convencional (arts. 1.687 e 1.688) e obrigatório (art.1.641), indispensável a indicação de uma das espécies.

##### **E071 - Lucros e Perdas/Participação dos sócios**

**Entendimento:** os lucros e as perdas são comuns a todos os sócios que deles participam de forma proporcional às suas cotas no capital social, salvo estipulação em contrário (art.1007 CC). A previsão contratual poderá ser no sentido de que a distribuição de lucros/prejuízos será decidida posteriormente em ato contratual.

##### **E072 - Testemunha/Assinatura**

**Entendimento:** mesmo se no instrumento a ser registrado contiver a disposição sobre a presença de testemunhas para validação do ato, não é obrigatória a assinatura destas (Anexo IV da IN DREI 81/2020: Capítulo II, Seção I, item 6).

#### **RERRATIFICAÇÃO DE ATO EMPRESARIAL:**

### **E073 - Rerratificação de ato empresarial/ ato de conversão de sociedade simples (040)/ de ato de transferência de sede de outra UF(039)**

**Entendimento:** -Tratando-se de alteração para retificar dado de ato anterior, necessário reproduzir o texto especificamente modificado. Se solicitada pela JUCEMG a retificação de ato em exame, e a requerente entender necessária uma alteração retificadora, esta poderá fazer parte do mesmo processo. Em caso de retificação de ato já registrado, necessário que conste na alteração retificadora o dado retificado de forma clara e o número de registro (aprovação) do ato ora retificado e sua data.

-No ato de conversão de sociedade civil/simples ou ato de transferência de sede de outra UF para MG se constatado erro material em alguma cláusula, poderá ser apresentado ato de rerratificação no mesmo processo, sem necessidade de registro deste no Cartório de Reg. Civil de Pessoa Jurídicas ou na Junta Comercial da UF de origem, conforme o caso. Nessas hipóteses, o ato de rerratificação deverá ser enviado como documento principal no processo, assinado digitalmente pelos mesmos signatários do ato retificado que deverá ser enviado como anexo. Se em cópia simples digitalizada não passível de validação digital, deverá o processo ser instruído com a declaração de autenticidade assinada digitalmente por contador/ técnico em contabilidade ou advogado.

### **E074 - Distrato Social - Rerratificação**

**Entendimento:** É permitida a apresentação de rerratificação de distrato social para incluir ou retificar descrição de imóveis levados à partilha entre os sócios, alteração de data de encerramento das atividades e alteração da quantia repartida entre os sócios.

### **REGÊNCIA SUPLETIVA DA LEI DE S/A (LEI 6404/76):**

#### **E075 - Aplicação Supletiva - Lei S/A- Limitada - Condições**

**Entendimento:** Quando a matéria não estiver regulada nos art.1052 a 1087 aplicam-se a sociedade limitada às disciplinas da sociedade simples ou à Lei de S.A, sendo que no caso da última presume-se a regência supletiva se adotar institutos típicos desta do tipo: previsão contratual de existência de Conselho de Administração, Conselho Fiscal, manutenção de cotas em tesouraria, desde que não sejam incompatíveis com o tipo jurídico das Sociedades Limitadas.

#### **E076 - Existência do Conselho de Administração em sociedade limitada**

**Entendimento:** A sociedade limitada poderá ser administrada por uma diretoria e/ou Conselho de Administração desde que previsto no contrato a existência desses órgãos sociais, presume-se a aplicação supletiva da Lei 6.404/76, mesmo que o contrato não disponha expressamente sobre tal regência supletiva. / Criado o conselho de administração na sociedade limitada, não regida supletivamente pela Lei de Sociedade por Ações (art. 1.053, parágrafo único, do Código Civil) e, caso não haja regramento específico sobre o órgão no contrato, serão aplicadas, por analogia, as normas da sociedade anônima (Anexo IV da IN DREI nº 81/2020 Capítulo II, Seção I, item 4.5.3).

### **E077- Cotas em tesouraria na sociedade limitada. Aplicação do art. 30 da Lei de S/A, possibilidade**

**Entendimento:** Na sociedade Ltda é permitida a permanência de cotas em tesouraria, desde que estas não excedam o valor de lucros ou reservas, exceto a legal, e sem diminuição do capital social aplicando a regência supletiva pelas normas da sociedade anônima, mesmo se o contrato for omissivo sobre tal regência. No caso de resolução da sociedade em relação a um sócio, é admissível a permanência em tesouraria de quotas da sociedade para posterior transferência a terceiros ou aos próprios cotistas (Anexo IV da IN DREI 81/2020, Capítulo II, Seção I, item 5.3).

### **REUNIÃO/ASSEMBLEIA DE SÓCIOS:**

#### **E078 - Reunião de sócios/Convocação -com até 10 sócios**

**Entendimento:** Aceitável AR assinado por terceiros, e-mail ou outra forma de convocação eletrônica, se previstas no contrato essa forma de convocação.

Exceção: quando a deliberação tratar de exclusão do sócio, já que nesta hipótese somente será aceita a convocação, se assinada pelo próprio destinatário, ou seja, o sócio a ser excluído ou procurador com poderes especiais (art. 1072, § 6º e art. 1079 do CC).

#### **E079 - Reunião de sócios/Convocação – com mais de 10 sócios**

**Entendimento:** Nas alterações não aprovadas pela totalidade dos sócios, as deliberações devem ser realizadas, no caso de sociedade com mais de 10 sócios, em assembleia com convocação feita em três publicações (e não seis), desde que veiculadas em órgão oficial e em jornal de grande circulação, sendo necessária pelo menos uma publicação em cada um deles (Anexo IV da IN DREI 81/2020 –Capítulo I, Seção II, item 2 – Notas).

#### **E080- Arquivamento concomitante da Ata de reunião/assembleia com a alteração contratual**

**Entendimento:** As modificações do contrato social deliberadas em ata de reunião/assembleia apresentadas para registro sob a forma de traslado prevista no art.1075, § 2º do CC, requerem o arquivamento de alteração contratual em processo distinto com assinatura digitais de todos os sócios presentes ou de seus representantes legais ou procuradores, excetuando as deliberações de filiais e nomeação de administradores (Anexo IV da IN DREI 81/2020, Capítulo II, Seção II, item 5).

#### **E081- Reunião/Assembleia /Obrigatoriedade ou não de realização**

**Entendimento:** A publicação do resumo da deliberação sobre a redução de capital com a indicação da identificação da sociedade (nome empresarial, CNPJ), valor do capital social a ser reduzido e o motivo da sua redução, supre a ausência de arquivamento da ata de reunião/assembleia de deliberação da proposta de redução, se a alteração contratual for assinada pela totalidade dos sócios (art.1072, § 3º do Código Civil).

## **E082 - Sócio - Representação na reunião/assembleia**

**Entendimento:** Somente mediante procuração o sócio capaz poderá ser representado na reunião/assembleia. O instrumento de mandato deverá conter a especificação dos poderes concedidos, dos atos autorizados, devendo a procuração ficar anexa ao processo (art. 1.074 §1º do CC 2002). Nas reuniões (sociedades com até 10 sócios), é possível previsão contratual anterior permitindo a nomeação de outros procuradores que não sejam sócios ou advogado (art.1072, § 6º CC). Já nas assembleias (sociedades com até 10 sócios) obrigatório que o procurador seja advogado ou outro sócio.

## **E083- Assembleia/Reunião- Convocação para outra reunião/assembleia**

**Entendimento:** Presentes todos os cotistas na reunião/assembleia, será válida a convocação para a realização de outra reunião/assembleia para continuidade das deliberações, desde que conste expressamente o dia, mês, ano, horário e local.

## **E084-Assembleia/Reunião - 2ª convocação - motivo da não realização**

**Entendimento:** Na ata de reunião/assembleia em 2ª convocação, desnecessária a indicação do motivo da não realização da assembleia em 1ª convocação, desde que: a) presentes todos os sócios, ou b) juntados todos os jornais relativos à publicação dos anúncios da 1ª e da 2ª convocação, ou c) mencionadas na ata as publicações (nome do jornal, dia/mês/ano e fl.) dos anúncios da 1ª e da 2ª convocação.

## **E085 - Convocação- Publicação- 1ª e 2ª convocações- Exigências- Sociedade Limitada**

**Entendimento:** Quando da apresentação da ata (Assembleia/reunião) para registro, se não houver a presença de todos os sócios, é necessária a apresentação de: - folhas dos jornais (ver art.1.152, § 3º do CC) em que foram publicados os anúncios de convocação da 1ª e da 2ª convocações, quando for o caso. É dispensada a apresentação das folhas dos jornais quando essas forem arquivadas anteriormente ao registro da ata ou se consignadas no corpo da ata as informações relativas aos nomes dos jornais, datas e folhas dos anúncios de convocação.

## **E086 - Convocação- Sociedade Limitada- Prazos. Número de publicações dos editais**

**Entendimento:** O anúncio de convocação de reunião ou Assembleia de sócios será publicado por **três vezes(e não seis)**, sendo pelo menos 1 (uma) em cada Jornal (diário oficial do Estado/União e outro jornal de grande circulação local), devendo mediar, entre a data da primeira publicação e a data de realização da Assembleia, o prazo mínimo de oito dias, se em 1ª convocação, e de cinco dias, para as posteriores, salvo disposição contratual em contrário, quando se tratar de reunião(sociedades com até 10 sócios). **Destarte, necessário publicações distintas para as 1ª e 2ª convocações nas assembleias, quando for o caso. Vedado a publicação de [único anúncio de convocação para as 1ª e 2ª convocações (Anexo IV da IN DRE 81/2020 Capítulo II, Seção II, item 2. e Nota I).**

## **EXCLUSÃO DE SÓCIOS POR JUSTA CAUSA:**

**E087 - Exclusão de sócio: na LTDA com apenas 2 sócios (art.1085, § único do CC/2002 com redação dada pela Lei 13.792/2019)**



**Entendimento:** Na sociedade composta apenas por dois sócios, poderá o sócio detentor de mais da metade do capital social, sem necessidade de reunião, excluir o sócio minoritário da sociedade, se entender que este está pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, desde que:

- a) haja previsão de exclusão por justa causa no contrato social ou em alteração anterior devidamente arquivada.
- b) que contenha expressamente os motivos que justificam a exclusão por justa causa (Anexo IV da IN DREI 81/2020 Capítulo II, Seção II, item 7.2)

A efetivação da exclusão do sócio minoritário se dará mediante arquivamento de alteração do contrato social.

#### **E088 - Exclusão de sócio: na LTDA com mais 2 sócios**

**Entendimento:** Na Sociedade LTDA com mais de 2 sócios a exclusão somente poderá ser determinada em reunião ou assembleia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa e desde que previsto no contrato a possibilidade de exclusão de sócio por justa causa em virtude de atos de inegável gravidade. (Anexo IV da IN DREI 81/2020, Capítulo II, Seção II, item 7.1)

#### **RETIRADA DE SÓCIOS NA SOCIEDADE POR PRAZO INDETERMINADO:**

#### **E089 - Arquivamento do ato de notificação tratado pelo art. 1.029 do CC/2002 como Documento de Interesse**

**Entendimento:** O ato relativo à manifestação expressa do sócio, relativo ao seu interesse de retirar da sociedade (art. 1029 do CC/2002), será arquivado somente após notificação aos demais sócios e o decurso do prazo mínimo de sessenta dias a contar da notificação do último sócio, se de prazo indeterminado a sociedade. Aceitável o AR recebido por terceiros no endereço do sócio destinatário, como prova do recebimento da notificação. O ato de notificação arquivado como documento de interesse poderá suprir a assinatura do sócio retirante na alteração contratual que efetivar a sua saída e regularização do quadro societário (Anexo IV da IN DREI 81, Capítulo II, Seção IV, item 4.4.3).

#### **CESSÃO DE COTAS - INSTRUMENTO PARTICULAR:**

#### **E090 - Registro de instrumento autônomo de cessão de cotas. Desnecessária a apresentação de alteração contratual simultânea ou posterior**

**Entendimento:** É possível o arquivamento do termo de transferência de cotas/instrumento particular de cessão de cotas. (art. 1057 do CC/2002) para excluir o(s) cedente(s) do quadro societário, sem necessidade de arquivamento da alteração contratual, desde que não haja oposição de titulares de mais de ¼ do capital social.

Nesta hipótese deverá ser apresentado do DBE com a saída do sócio cedente.

- Se o referido instrumento particular tiver as assinaturas de próprio punho dos anuentes, deverá ser instruído da declaração de autenticidade prestada por

contador/técnico em contabilidade ou advogado (Anexo IV da IN DREI 81, Capítulo II, Seção IV, item 4.4.2).

#### **E091 - Registro de alteração contratual tendo como anexo instrumento autônomo de cessão de cotas**

**Entendimento:** A alteração contratual poderá ser apresentada sem assinatura digital dos cedentes, desde que o termo de transferência/instrumento particular de cessão (art. 1057 do CC/2002) seja apresentado como anexo acompanhado de declaração de autenticidade firmada por advogado, contador ou técnico de contabilidade seja apresentado para registro em processo autônomo como documento de interesse (art.28 da IN nº 81/2020 e em seu anexo IV -Seção IV item 4.4.2, Nota II).

#### **DOAÇÃO DE COTAS:**

##### **E092- Doação de Quotas - Contrato Social**

**Entendimento:** É possível a doação de quotas no ato constitutivo da sociedade, bem como nos atos posteriores.

##### **E093 - Doação - Quotas- Outorga/Autorização Conjugal**

**Entendimento:** Exceto no regime de separação obrigatória, é necessária a outorga do cônjuge para a doação de bens comuns ou dos que possam integrar futura meação. (art.1647, inc. IV do CC).

#### **COOPERATIVA:**

##### **E094 - Cooperativa/Incorporação, Desmembramento, Fusão e Transformação/Decisão Colegiada**

**Entendimento:** as sociedades cooperativas são sociedades simples sujeitas ao registro nas Juntas Comerciais (I Jornada de Direito Civil, enunciado nº 69, quando da interpretação do art. 1.093, do Código Civil), portanto, é atribuição da Turma de Vogais as decisões relativas aos atos de incorporação, desmembramento e fusão envolvendo cooperativas, bem como a transformação de Cooperativas em outro tipo de sociedade.

##### **E095 - Equiparação das sociedades cooperativas para fins de tratamento diferenciado nas compras públicas**

#### **Entendimento:**

-Nos termos do art. 34. da Lei nº 11.488/07, equiparam-se aos demais tipos jurídicos nos portes “Micro Empresa – ME” e “Empresa de Pequeno Porte – EPP”, para os efeitos decorrentes do tratamento diferenciado a que se referem os Capítulos V a X, a Seção IV do Capítulo XI, e o Capítulo XII da Lei Complementar 123/2006, e alterações posteriores (LC 128 e LC 139);

-Para o enquadramento as cooperativas deverão apresentar declaração assinada por todos os membros do Conselho de Administração.- A declaração conterá obrigatoriamente o nome completo da cooperativa, endereço da sede, número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, porte a que se equipara e

declaração, sob as penas da lei, de que a sociedade cooperativa tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta nos limites indicados pela Lei Complementar 123, de 14.12.06 e alterações posteriores ( LC 128 e LC 139);- A declaração deverá ser arquivada na JUCEMG sob o ato 310 – Outros documentos de interesse.

#### **E096 – Cooperativa - Participação em outra Sociedade**

**Entendimento:** Poderá a cooperativa participar como cotista/acionista de sociedades não cooperativas (art.88 da Lei 5767/71)

#### **E097 - Constituição de cooperativa visada pela OCEMG- assinatura digital (novo)**

**Entendimento:** Os atos de constituição de cooperativa visados pela OCEMG podem ser apresentados cópia digitalizada assinada manualmente pelos cooperados fundadores, acompanhada de declaração assinada pelo diretor de que confere com o original e a carta de aprovação da OCEMG (art.4º, §1º da Lei Estadual 15.075/2004). Apenas um diretor poderá assinar digitalmente o requerimento e o encaminhamento dos documentos digitalizados. Além disso, deve ser juntada a declaração de autenticidade assinada digitalmente por advogado, contador ou técnico em contabilidade, em relação a todos os documentos em cópia que instruem o processo. Caso não tenha a aprovação da OCEMG ou do Banco Central para as cooperativas de crédito, o ato de constituição deverá vir assinado digitalmente por todos os cooperados.

#### **E098 - Número mínimo de Cooperados para a Constituição de Cooperativa (novo):**

**Entendimento:** Já que o inciso II do art. 1.094 do Código Civil não dispõe sobre qual seria o número mínimo necessário para constituição da sociedade cooperativa, **a previsão expressa de, no mínimo, 20 pessoas no inciso I do art. 6º da Lei 5.764/71 prevalece** sob pena de violação do princípio da especialidade das normas.

Exceção à regra geral: nas Cooperativas de Trabalho regidas pela Lei 12.690/12, o número mínimo de sócios é de sete pessoas (art. 7º).

#### **E099 - Possibilidade de previsão estatutária nas sociedades cooperativas da existência de uma diretoria executiva auxiliar da administração da cooperativa:**

**Entendimento:** Diante da previsão do § 1º do art. 47 da lei 5.764/71 facultando a sociedade cooperativa em seu estatuto criar órgãos necessários à administração é admissível à previsão no estatuto de diretoria executiva composta por diretores contratados para auxiliar os órgãos da administração no exercício de suas funções, desde que definidas de forma clara as suas atribuições.

#### **DECISÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL**

#### **E100 - Arquivamento Transformação de sociedade/empresa em outro tipo jurídico com anotação de indisponibilidade de bens do titular/sócios**

**Entendimento:** a transformação do tipo jurídico de uma Eireli/Sociedade em que participe pessoa (física ou jurídica) com anotação judicial de indisponibilidade de bens

poderá ser deferida se a pessoa que recaiu o bloqueio permaneça com a mesma participação ou superior.

#### **E101- Arquivamento de extinção de sociedade/empresa com anotação de indisponibilidade de bens do titular/sócios**

**Entendimento:** A solicitação de extinção de empresa/sociedade não poderá ser deferida quando constar com anotação judicial de indisponibilidade de bens do titular/sócios.

#### **E102- Receita Federal/Comunicação Extrajudicial (Ex 096)**

**Entendimento:** a comunicação extrajudicial expedida pela Receita Federal do Brasil por si só não impede o arquivamento do ato empresarial, devendo, imediatamente após o deferimento deste, ser informado o nº de protocolo à Diretoria de Registro Empresarial para posterior comunicação àquele Órgão do ato empresarial registrado.

#### **E103 - Averbação de Pré-penhora (art. 828 do CPC/2015)**

**Entendimento:** A averbação premonitória que recaia sobre cotas do sócio da LTDA ou titular da EIRELI, prevista no art.828 do CPC/2015 (“Pré-penhora”), não impede o arquivamento do ato empresarial que delibera a alienação das referidas quotas/transferência de titularidade da EIRELI.

#### **E104 - Arquivamento de instrumento próprio para cumprimento de decisão judicial**

**Entendimento:** Na hipótese de decisão judicial, a comunicação do juízo alusiva ao ato será arquivada pela Junta Comercial para conhecimento de terceiros. Caberá aos interessados, quando a decisão judicial alterar dados da empresa, providenciar o arquivamento do instrumento próprio, acompanhado de certidão de inteiro teor da sentença transitada em julgado que o motivou (art.47 do Decreto nº 1800/96).

**Exceção:** Na hipótese de o juízo determinar o cumprimento da sentença de ofício pela Junta Comercial, a alteração dos dados cadastrais da sociedade empresária será realizada mediante anotação de que a alteração ocorreu por força de decisão judicial. O arquivamento de instrumento próprio, com a alteração de dados cadastrais fundamentados em decisão provisória, ainda não transitada em julgado, somente poderá ser realizado se houver determinação judicial expressa nesse sentido (art.47, § 3º do Decreto nº 1800/96, incluído pelo Decreto nº 10.173 de 2019).

### **SOCIEDADE ANÔNIMA**

#### **E105 - Acionistas casados/Regime de comunhão universal/Possibilidade**

**Entendimento:** Na sociedade anônima é possível a existência de acionistas casados sob o regime de comunhão universal de bens ou separação obrigatória. -Não incide a vedação contida no art. 977 do CC, em razão de sua natureza não contratual, já que a sociedade anônima não altera sua estrutura com a entrada ou saída de acionistas (anexo V, Capítulo II, Seção I, 7 da IN/DREI 81/2020).

#### **E106 - Assinatura digital requerimento dos atos de S/A**

**Entendimento:** Requerimentos devem vir assinados pelo Administrador, acionista ou procurador com poderes específicos para o ato ou terceiros interessados como Presidente ou Secretário da Assembleia. A procuração deverá instruir o ato, devendo ser anexada ou informado no sistema do registro digital o nº do registro desta em separado (item 1.1, capítulo I do anexo V da IN/81/20).

#### **Nome empresarial da S.A.:**

#### **E107 - Nome empresarial da S/A – Formação sem Obrigatoriedade de Indicação do Objeto Social**

**Entendimento:** A sociedade será designada por denominação, de maneira que poderão ser utilizadas quaisquer palavras na língua nacional ou estrangeira, acompanhada das expressões “companhia” ou “sociedade anônima”, expressas por extenso ou abreviadamente. Sendo vedada a utilização da primeira ao final (Capítulo II, Seção I, 15.1 do Anexo V da IN/DREI 81/2020 e ofício circular DREI nº 007/2019)

#### **Sociedade Anônima com Único Acionista:**

#### **E108 – Sociedade Anônima com único acionista em atos posteriores**

**Entendimento:** é possível a sociedade permanecer com um único acionista no caso de retirada do(s) outro(s) acionistas, desde que faça constar que a recomposição acionária mínima, prevista no art. 80 da 6404/76, se dará até a Assembleia Geral Ordinária do ano seguinte (art.206 da Lei 6404/76).

#### **Constituição:**

#### **E109 - Constituição de S/A: Conselho de Administração/Eleição da Diretoria.**

**Entendimento:** Para o registro dos atos constitutivos de uma sociedade anônima necessária que a sua Diretoria seja eleita. Se a companhia possuir Conselho de Administração e ata não contiver a indicação dos Diretores, o processo deverá, então, ser instruído com a ata da reunião desse conselho elegendo-os, salvo se apresentada, simultaneamente, em processo à parte, para registro distinto.

#### **E110 – Obrigatoriedade de constituição S/A por instrumento público**

**Entendimento:** A constituição da S/A por instrumento público é obrigatória no caso de Subsidiária Integral e deverá constar: a qualificação dos subscritores, estatuto, relação das ações subscritas e entradas pagas, transcrição do recibo de depósito bancário da parte de capital realizado em dinheiro, laudo de avaliação de bens, se for o caso, nomeação dos administradores e, se for o caso, dos conselheiros fiscais, menção ao visto do advogado, indicando nome e número de inscrição na OAB (item 1.1, notas incisos II letra a e III da seção I do anexo V da IN/DREI nº 81/2020)

#### **E111 - Comprovante de Depósito para Constituição de S/A**

**Entendimento:** O comprovante de depósito bancário, em nome do subscritor e a favor da sociedade em organização, será de toda a parte do capital social realizada em dinheiro (mínimo de 10%), e será apresentado como anexo em cópia digitalizada se constituída por assembleia, se constituída por escritura pública, transcrito na certidão de inteiro teor na escritura de constituição (inciso III do art. 80, art. 85 da Lei 6.404/76 e item 1.4 da seção I do anexo V da IN/DREI nº 81/2020).

**Dividendos:**

**E112 - Dividendos diferentes para ações ordinárias e preferenciais.**

**Entendimento:** Matéria de competência da assembleia geral dos acionistas e previsões no estatuto social.

**Assembleia Geral:**

**E113 - Assembleia Geral – Publicações**

**Entendimento:** São necessárias apenas 3 publicações (e não seis) desde que veiculadas em órgão oficial e em jornal de grande circulação, sendo necessária pelo menos uma publicação em cada um deles (item 17, nota II da seção I do anexo V da IN /DREI nº 81/2020).

**E114 - Assembleia Geral-Convocação por Acionista(s)**

**Entendimento:** No arquivamento de ata da assembleia geral convocada por acionista(s), nos termos das alíneas “b” e “c” do parágrafo único do art.123 da Lei 6.404/76 esta circunstância deverá ser manifestada no edital ou na ata, anexando-se, ainda, no caso da alínea “ c”, cópia do pedido de convocação assinado por 5% (cinco por cento) do capital votante, com a comprovação de seu recebimento pela administração da companhia.

**E115 - Assembleia Geral - Convocação: Publicação Incompleta ou Extemporânea**

**Entendimento:** O edital publicado fora do prazo, apenas em um dos jornais, e não publicado três vezes em dois jornais (art. 124 e 289 da Lei 6.404/76) são hipóteses que tornam irregular a convocação de uma assembleia de acionistas, exceto se comparecerem todos os acionistas votantes e não votantes.

**E116 - Assembleias Semipresenciais ou Digitais – Convocação**

**Entendimento:** As reuniões e assembleias semipresenciais (participação e voto dos acionistas em local físico ou a distância) ou digitais (participação e voto apenas a distância) deverão obedecer às normas atinentes à sociedade anônima, bem como às normas do estatuto social, quanto à convocação, instalação e deliberação (Capítulo II, seção VIII do anexo V da IN/DREI nº 81/2020)

**E117 - Assembleia Geral: “quorum” de instalação e deliberação.**

**Entendimento:** Suficiente a informação, na ata, de que houve o comparecimento de acionistas “em número legal”, “quorum necessário” ou em percentual desses.

Indispensável, contudo, a referência à presença de todos os acionistas ou da totalidade do capital social (votante e não votante), na hipótese de assembleia totalitária em razão das exceções expressas na legislação, como por ex. dispensa de convocação.

#### **E118 - Assembleia Geral – Matéria Não Prevista no Edital**

**Entendimento:** Admissível o arquivamento de ata de assembleia geral regularmente realizada, que tenha deliberado sobre matéria não prevista expressamente no edital de convocação, quando se tratar de: assunto implicitamente decorrente de deliberação tomada; destituição e substituição de administrador; recuperação judicial; falência; medidas de conservação de direitos da companhia e dos acionistas; e de outras urgentes e inadiáveis.

#### **E119 - Assembleia Geral Ordinária - Dispensa da Publicação**

**Entendimento:** A não publicação do “aviso” e “edital de convocação” só é possível, além da hipótese do art. 294, da Lei 6.404/1976, se comparecerem todos os acionistas, com e sem direito de voto (§ 4º do art.124 c/c parágrafo único do art.125 Lei 6.404/76).

#### **E120 - Assembleia Geral com Interrupção dos Trabalhos**

**Entendimentos:** A assembleia geral pode ser suspensa, admitindo-se a continuidade em data posterior, sem necessidade de novos editais de convocação, desde que determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão e que, tanto na ata da abertura quanto na do reinício, conste o “quórum” legal e seja respeitada a ordem do dia constante do edital (item 6, seção I (constituição) item 7, seção II (AGO) item 6 seção III (AGE) do Anexo V da IN/DREI nº 81/2020).

#### **E121 - Assembleia Geral de Rerratificação**

**Entendimento:** A AGE de rerratificação pode examinar qualquer assunto de competência de uma assembleia geral (de constituição, assembleia geral extraordinária e ordinária) desde que conste tal informação do respectivo edital de convocação (Cap. II, Seção III, item 7 do Anexo V da IN/DREI 81/2020).

#### **E122 - Assembleia Geral de Ratificação**

**Entendimento:** Tratando-se de ratificação, suficiente a referência, convalidando os assuntos indicados; se houver a retificação, necessário, então, reproduzir o texto especificamente modificado (Cap. II, Seção III, item 7 do Anexo V da IN/DREI 81/2020).

#### **E123 - Assembleia Geral Ordinária- Publicação Extemporânea**

**Entendimento:** Em caso de ser extemporânea a publicação do “aviso” e dos “documentos da administração”, de que trata o art.133 da lei 6.404/76, só é admissível o arquivamento de ata da assembleia que a respeito deliberar, se não houver impugnação ou manifestação contrária de qualquer acionista presente (§ 4º do art.124 c/c parágrafo único do art.125 da Lei 6.404/76).

#### **E124 - Assembleia Geral Ordinária - Declaração do art. 294 da Lei 6.404/76.**

**Entendimento:** Para isentar-se da publicação do edital de convocação, do aviso aos acionistas e dos documentos da administração, deverá a sociedade declarar que preenche cumulativamente as condições indicadas no art. 294 da Lei 6.404/76. A declaração poderá ser inserida na própria ata ou em declaração anexa assinada por um dos administradores da sociedade (item 1.4 – notas da seção II do anexo V da IN/DREI nº 81/2020)

#### **E125 - Assembleia Geral Ordinária – Aprovação das Contas de Mais de Um Exercício**

**Entendimento:** É viável o arquivamento de ata de assembleia geral para deliberar sobre aprovação dos “documentos da administração” de mais de um exercício social da sociedade que não realizou, em época própria, a correspondente assembleia geral ordinária. O respectivo edital de convocação deverá ser claro quanto a essa deliberação. Os “documentos da administração” por sua vez, devidamente publicados, apresentarão a posição econômico-financeira de cada exercício e não apenas o do último.

#### **E126 - Assembleia Geral Ordinária – Realização Anual**

**Entendimento:** A assembleia só se realiza uma vez por exercício social, por isso diz-se ordinária. Mesmo se se tratar de matéria atribuída a AGO, a assembleia não será considerada ordinária. Contudo, a denominação errônea da assembleia não inibe o registro da ata correspondente, desde que estabelecidos “quorum” e demais formalidades.

#### **E127- Assembleia Geral Ordinária-Deliberação Sobre Matéria de Competência de AGE**

**Entendimento:** Apesar da figura da assembleia cumulativa (AGO/ AGE), é admissível o arquivamento de ata de AGO que delibere sobre matéria de competência de AGE, e vice-versa, desde que obedecidas às formalidades específicas.

#### **E128 - AGO/AGE Cumulativas- Distinção de Deliberações**

**Entendimento:** distinção de deliberações. A ata de assembleia cumulativa (AGE/ AGO) não precisa necessariamente revelar distinção formal entre as deliberações respectivamente tomadas.

#### **E129 - Assembleia Geral Ordinária - Parecer do Conselho Fiscal**

**Entendimento:** Não é obrigatório reproduzir no texto de ata da assembleia geral o parecer do Conselho Fiscal, nem o apresentar como anexo ao pedido de arquivamento. Suficiente a sua referência.

#### **E130 - Assembleia Geral Ordinária: Realização Extemporânea**

**Entendimento:** É admissível o registro de assembleia geral ordinária realizada fora do prazo legal. A apreciação do retardamento da realização da AGO é matéria de exclusiva competência dos acionistas (item 6, seção II do anexo V da IN/DREI nº 81/2020).

#### **E131 - Assembleia Geral Ordinária - Competência**



**Entendimento:** O art. 132 da Lei 6.404/76 estabelece as matérias de competência da assembleia geral ordinária. A falta de deliberação de uma das matérias nele elencadas será objeto de exigência específica, caso a ata ou os demais documentos integrantes do processo a respeito não esclareçam esta circunstância.

**Atas:**

**E132 - Ata: Indicação/Reprodução dos Nomes dos Acionistas**

**Entendimento:** A cópia da ata, se não assinada diretamente por todos, deverá conter, após a transcrição dos nomes dos acionistas presentes à Assembleia, constantes do original lavrado no livro próprio, a assinatura do Presidente ou Secretário da assembleia, ou ainda, de qualquer diretor/procurador, acompanhada da expressão “confere com o original lavrado no livro próprio”.

- O nome do signatário dessa autenticação deverá ser indicado, bem como o cargo ou função que desempenha na empresa, se o texto da ata não o revelar.

-No caso de companhia aberta, se a assembleia permitir a publicação da ata sem assinatura dos acionistas, poderá ser apresentada uma cópia contendo apenas as assinaturas do Presidente e do Secretário, além das outras vias formalmente completas.

**E133 - Atas (AGO-AGE) Fora da Ordem Cronológica**

**Entendimento:** As atas de AGO e AGE são atos autônomos, não cabendo ao Registro do Comércio exigir o arquivamento na ordem cronológica de realização das atas, exceto, (1) quando verificada a divergência de dados constantes do Cadastro Estadual de Empresas e (2) quando houver conexão entre os atos (inciso I do art. 53 do Decreto 1.800/96).

**E134 - Extrato de Ata -Publicação**

**Entendimento:** Para os efeitos do § 3º do art.130, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, recomenda-se que junto com ata, seja arquivado o seu extrato, cujo texto não poderá divergir do da ata.

**E135 - Ata de Reunião do Conselho de Administração -Fixação da Remuneração dos Administradores**

**Entendimento:** A fixação da remuneração dos administradores (conselheiros e diretores) é de competência indelegável e imperativa da Assembleia Geral, conforme o disposto no art. 152 da Lei 6.404/76. O Conselho de Administração, se existente, poderá deliberar sobre a fixação da remuneração dos diretores no caso de a assembleia geral fixar a remuneração global dos seus administradores

**Publicações:**

**E136 - Assembleia Geral - Publicação em Jornal Particular.**

**Entendimento:** Compete à assembleia geral de acionistas verificar se o jornal particular, utilizado como veículo das publicações da companhia, é editado regularmente e se é de grande circulação local.

#### **E137 - Extrato de Ata – Publicação**

**Entendimento:** Para os efeitos do § 3º do art.130, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, recomenda-se que junto com ata, seja arquivado o seu extrato, cujo texto não poderá divergir do da ata.

#### **E138 - Publicações: Arquivamento Isolado ou em Ato Separado**

**Entendimento:** A companhia pode arquivar em separado as publicações ordenadas pela Lei 6.404/76. Admissível o registro, ainda que apresentado apenas um dos jornais, pois a regularidade das publicações será verificada quando do exame do pedido de arquivamento da ata correspondente.

-**Dispensada** a juntada das folhas dos jornais quando na ata constar os nomes, respectivas datas e números de folhas onde foram feitas as publicações (item 1.3, seção II capítulo II da IN/DREI nº 81/22020).

#### **E139 - Publicação de Ata em Apenas Um dos Jornais**

**Entendimento:** Não compete a Junta Comercial verificar o cumprimento regular da dupla publicação da ata (órgão oficial e jornal particular) após o registro desta. Aceitável o arquivamento da publicação da ata apenas no jornal apresentado.

#### **E140 - Publicação - Jornais de Grande Circulação (diversos)**

**Entendimento:** É aceitável a publicação em jornais de grande circulação (diversos) no local da sede da sociedade, desde que tal procedimento tenha sido aprovado em Assembleia Geral.

#### **E141 - Arquivamento de Publicação como Documento Principal ou Anexo à Ata**

**Entendimento:** Desnecessária a autenticação de cópia digitalizada da publicação em jornal quando constam elementos que possibilitem a verificação da autenticidade pela internet, quando autenticada em cartório ou vir acompanhada da Declaração de Autenticidade assinada por advogado ou contador (inciso VI do art. 36 da IN/DREI nº 81/2020).

#### **Capital:**

#### **E142 - Aumento de Capital**

**Entendimento: chamadas de realização.** -A sociedade anônima não está obrigada a comprovar perante a Junta Comercial as “chamadas” de realização de aumento de capital, quando a previsão da realização do aumento for a prazo em ata devidamente arquivada.

#### **E143 - Aumento de Capital: Realização com Reserva de Ágio**

**Entendimento:** O produto do ágio resultante da emissão de ações constitui uma reserva de capital (art.182, § 1º, “a”, da Lei 6.404/76). O art. 200 vincula o seu valor a mais de uma destinação, entre as quais, a de incorporar-se ao capital social, vedada sua utilização como reservas de lucros para integralização de subscrição de aumento de capital.

#### **E144 - Aumento de Capital Exigência de Mínimo Integralizado**

**Entendimento:** Somente depois de realizados 3/4 do capital social, a companhia pode aumentá-lo mediante subscrição pública ou particular de ações (item 8. Seção III do anexo V da IN /DREI nº 81/2020).

#### **E145 - Aumento de Capital Subscrito em Dinheiro**

**Entendimento:** No aumento de capital deverá ser exigida a integralização no ato da subscrição, como entrada, de 10% (dez por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro. (§ 6º, art. 170, da Lei 6.404/76). Não será exigido o depósito como ocorre na constituição da sociedade.

#### **E146 - Integralização de Capital com Bens Imóveis**

**Entendimento:** Na integralização de capital com bens imóveis, além do laudo de avaliação exigido conforme art. 8º da lei 6.404/76, a ata da assembleia que aprovar a incorporação deverá identificar o bem com precisão contendo todos os elementos necessários para a transcrição no registro público, como: titularidade; endereço; município; área; nome (se área rural); número da matrícula e cartório do registro de imóveis, estes dados podem ser completados em declaração anexa assinada pelo subscritor.

#### **E147 - Aumento de capital pelo Conselho de Administração**

**Entendimento:** O aumento do capital nas Sociedades Anônimas deliberado pelo Conselho de Administração só é possível quando a companhia for de “capital autorizado” e dentro do limite previsto no estatuto (art. 168 da Lei 6404/76 e inciso II do item 6 da Seção VI do anexo V da IN/DREI/81/2020)

#### **Diretoria:**

#### **E148 – Eleição dos Administradores**

**Entendimento:** A qualificação completa dos administradores eleitos é necessária, mesmo no caso de reeleição, bem como o prazo de sua gestão e remuneração (§ 1º do art. 146 da Lei 6404/76 e item 5.1 da Seção II do anexo V da IN/DREI nº 81/2020)

#### **E149 - Diretoria-Eleição Não Prevista no Edital**

**Entendimento:** Admissível o arquivamento de ata de assembleia geral que eleger membro(s) da Diretoria ou do Conselho de Administração, embora não prevista a eleição no edital de convocação, quando realizada “ad referendum” do Conselho de

Administração, se houver, ou na hipótese de destituição de administrador e consequente substituição.

#### **E150 - Indicação da remuneração do Administrador de S/A**

**Entendimento:** Não é necessária a indicação da remuneração dos administradores, quando da eleição, se prevista em assembleia anterior

-Se casado o subscritor, deverá apresentar a outorga uxória do cônjuge, salvo no regime da separação de bens (item 5 seção I da IN/DREI nº 81/2020).

#### **Transformação:**

#### **E151 - Transformação de empresário em S/A**

**Entendimento:** É permitida a transformação do empresário em sociedade empresária excetuando a sociedade anônima, já que a disposição legal permissiva refere-se a sócios, não a acionistas (§ 3º ao art. 968 do CC/2002).

#### **E152 - Transformação de S/A em outro tipo de sociedade**

**Entendimento:** O arquivamento poderá ser procedido em um único processo, admitidas as seguintes alternativas: a) A ata da assembleia geral que aprovou a transformação e o contrato-social, ambos revestidos das formalidades próprias, referindo-se, ainda, o contrato social, à transformação ocorrida; b) A ata contendo, além da aprovação dos acionistas, o texto do contrato. Nesta alternativa, a ata virá assinada diretamente por todos os sócios.

#### **E153 - Transformação de S/A em outro tipo societário -aprovação pela maioria**

**Entendimento:** O arquivamento deverá ser feito em duas etapas: a) O registro isolado da ata da assembleia geral que deliberou sobre a transformação pela maioria de capital, se prevista pelo estatuto social; b) O registro de contrato social já ajustado entre os sócios remanescentes, após o vencimento do prazo assinalado ao acionista dissidente, abstinente ou ausente para e manifestar. O preâmbulo ou qualquer cláusula do contrato deve reportar-se à transformação efetivada e à solução dada, se verificada a dissidência. Admissível o arquivamento em uma única etapa, na hipótese de dissidência, se constar de ata a solução do impasse com a concordância dos dissidentes, obedecidas as demais formalidades pertinentes.

#### **E154- Atos da Transformação S/A ou Cooperativa - Apresentação**

**Entendimento:** A transformação de sociedade anônima ou cooperativa em outro tipo societário deverá ser deliberada em assembleia geral onde será aprovado o ato do novo tipo jurídico que será apresentado como anexo ao documento principal (art. 66 da IN/DREI nº 81/2020).

#### **E155 - Atos de Transformação - Sociedades Contratuais/EIRELI**

**Entendimento:** A transformação de sociedades contratuais ou EIRELI deverá ser deliberada por meio de alteração onde será aprovado o ato do novo tipo jurídico, que

poderá ser transcrito na própria alteração ou apresentado como anexo ao ato de transformação (art. 66 da IN/DREI nº 81/2020).

### **Recuperação Judicial:**

#### **E156 - Sociedade Anônima - Recuperação Judicial**

**Entendimento:** A Junta poderá arquivar alterações da companhia em recuperação judicial, desde que não importem em alienação de bens do ativo permanente, salvo com autorização do Juiz competente ou aqueles relacionados no plano de recuperação judicial (item 5 seção XII do anexo V da IN/DREI nº 81/2020).

#### **E157- Sociedade Anônima - Recuperação Judicial- Alteração do Nome**

**Entendimento:** Cabe à Junta Comercial, após a comunicação do Juiz competente, efetuar a anotação pertinente (cadastro), alterando o nome empresarial para inserir a expressão “em recuperação judicial”.

### **Extinção:**

#### **E158 - Extinção da S/A em Único Ato**

**Entendimento:** A extinção da sociedade anônima poderá ser deliberada numa única assembleia geral com ratificação da nomeação do Liquidante, eleição do Conselho Fiscal, se requerida sua instalação, aprovação das contas do Liquidante, declaração do encerramento da Liquidação e a extinção da sociedade (item 3, seção XI da IN/DREI81/2020).

### **Cisão - Fusão - Incorporação:**

#### **E159 - Incorporação de empresas com patrimônio negativo**

**Entendimento:** Não há vedação legal para deliberação de incorporação de empresas com o patrimônio líquido negativo (art. 70 da IN/DREI nº 81/2020).

#### **E160- Atos de incorporação - Sede Fora – Apresentação da Documentação**

**Entendimento:** Os atos da incorporadora serão apresentados para arquivamento na Junta Comercial da sua sede e na sede da(s) incorporada(s) o ato de incorporação tendo como anexo o ato da incorporadora devidamente arquivado na Junta Comercial da sua sede (incisos I e II do Art. 73 IN/DREI nº 81/2020).

### **CONSÓRCIO:**

#### **E161 - Arquivamento de Atos de Consórcio**

**Entendimento:** O contrato de consórcio, suas alterações e extinção serão arquivados na Junta Comercial da sede, exceto de consórcio públicos e não serão objeto de análise e subjetividade as cláusulas pactuadas entre as sociedades consorciadas (art. 92 e seu parágrafo único e art. 94 da IN/DREI nº 81/2020).

#### **E162 - Arquivamento de Atas de Reunião da Consorciada Líder no Consórcio de Energia**

**Entendimento:** Se previsto no contrato de consórcio a deliberação de admissão de consorciadas e/ou unidades consumidoras devidamente qualificadas poderá ser de competência apenas da consorciada líder (art. 94 da IN/DREI nº 81/2020).

### **E163 - Participação em Consórcio: Consorciada e Unidade Consumidora**

**Entendimento:** As sociedades, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento(art. 278 da lei 6.404/76 e art. 90 IN/DREI nº 81/2020) fica facultada a participação de empresários, microempreendedores Individuais - MEI e condomínio edifícios com os seguintes dados: nome empresarial ou designação do condomínio, CNPJ, endereço completo da sede e nome do representante legal (art. 2º e 4º da Instrução de Serviço nº 08/2020/JUCEMG e a Resolução Normativa nº 482 da Aneel).

## **ÍNDICE ALFABÉTICO:**

### **ASSUNTOS GERAIS:**

Administrador – indicação de Suplente ou Administrador Eventual (previsão hipotética de morte, incapacidade permanente ou temporária do substituído) .....	10
Administrador Não Sócio/Destituição/Desnecessária sua Anuência.....	11
Administrador Não Sócio/Indicação na Consolidação Contratual .....	11
Administrador/documento de identidade/declaração do art.1.011 .....	11
Alteração de Nome Civil e Dados Meramente Cadastrais .....	8
Aplicação Supletiva - Lei S/A- Limitada - Condições .....	22
Apresentação de publicações de balanço e demonstrações financeiras, instruindo ata de reunião/assembleia de sócios, que os aprova .....	17
Arquivamento concomitante da Ata de reunião/assembleia com a alteração contratual .....	23
Arquivamento de instrumento próprio para cumprimento de decisão judicial .....	28
Arquivamento do ato de notificação tratado pelo art. 1.029 do CC/2002 como Documento de Interesse.....	25
Assembleia/Reunião - 2ª convocação - motivo da não realização .....	24
Assembleia/Reunião- Convocação para outra reunião/assembleia .....	23
Ato empresarial que aprova o Balanço e demonstrações financeiras.....	17
Autenticação e validação de cópias de documentos para instrução de processos. Cópias de documentos autenticadas em Cartório .....	10
Averbação de Pré-penhora .....	28
Balanço/Documento de Interesse.....	17
Capa de Processo/Requerimento/Indicação do Nome Empresarial.....	8
Capital - Redução-EIRELI .....	14
Capital Social - Atualização de valor na Extinção .....	14
Capital Social - forma alternativa de integralização futura de capital .....	14
Capital Social/Integralização/Imóveis pertencentes a terceiros.....	13
Capital Social/Redução de Capital/Rerratificação do Capital Social com Redução/Procedimentos.....	14
Capital Social/Redução/Arquivamento de ato com data anterior ou posterior .....	14
Carta de Exclusividade - Serviço ou Produto.....	20
Consolidação do contrato – ausência – inalterabilidade de cláusulas.....	21

Contagem de Prazos.....	9
Conversão de sociedade civil/simples em empresária	
Exigência para anexar certidão do Cartório .....	9
Convocação- Publicação- 1ª e 2ª convocações- Exigências- Sociedade Limitada.....	24
Convocação- Sociedade Limitada- Prazos. Número de publicações dos editais.....	24
Cosórcio - Arquivamento de Atas de Reunião da Consorciada Líder no Consórcio de Energia..	37
Cosórcio - Arquivamento de Atos de Consórcio .....	37
Cosórcio - Participação em Consórcio: Consorciada e Unidade Consumidora .....	37
Cotas em tesouraria na sociedade limitada. Aplicação do art. 30 da Lei de S/A, possibilidade.	22
Da Indicação de foro no contrato social .....	21
Dispensa de Aprovação Prévia por Órgãos/Entidades Governamentais.....	9
Distrato Social - Rerratificação .....	22
Divergência de Dados.....	8
Doação - Quotas- Outorga/Autorização Conjugal.....	26
Doação de Quotas - Contrato Social .....	26
Efeitos da Falência.....	17
Empresa Simples de Crédito (ESC): enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.....	18
Empresário (Individual) – Incorporação- cisão - Fusão- Impossibilidade.....	20
Empresário (Individual)/Morte do Titular/Continuidade.....	20
Empresário(individual) – Titular na EIRELI/cotista na Sociedade Limitada.....	21
Encerramento de Falência - possibilidade de arquivamento de atos.....	17
Espólio - Aquisição/Transferência/Alienação de Quotas.....	16
Espólio- Constituição de Sociedade /EIRELI .....	16
Estrangeiro	
Sócio brasileiro/estrangeiro residente ou domiciliado no exterior. Constituição de Procurador.....	12
Estrangeiro - Documento Lavrado em Países Estrangeiros de Língua Portuguesa.....	12
Estrangeiro- Identidade.....	11
Exclusão de sócio: na LTDA com apenas 2 sócios .....	24
Exclusão de sócio: na LTDA com mais 2 sócios .....	25
Existência do Conselho de Administração em sociedade limitada .....	22
Falecimento de sócio. Falta de interesse dos demais sócios do ingresso dos herdeiros e do cônjuge sobrevivente na sociedade.....	16
Filial	
Indicação de Capital destacado e atividade para a filial e matriz .....	12
Formal de Partilha/Escritura Pública de Partilha/Apresentação para Instrução de Processo....	15
Identidade Profissional	
Dispensa da juntada de cópia do signatário da Declaração de Autenticidade .....	10
Incorporação - Sede Fora – Apresentação da Documentação.....	37
Incorporação de empresas com patrimônio negativo .....	37
Incorporação/Transformação- Associação em Sociedade .....	20
Indicação de NIRE e CNPJ para Identificação da Sociedade Empresária e Cooperativas .....	9
Indicação do nome empresarial anterior na alteração que deliberar a sua mudança .....	19
Integralização de capital com bens imóveis.....	13
Integralização do capital social com moeda estrangeira e com criptomoedas, Possibilidade ...	13
Inventário/Partilha/Divórcio Consensual por escritura pública ou judicial e baixa da Empresa.	
Desnecessário o registro de ato alterador prévio ao ato de extinção .....	15
Know-How – Utilização .....	13
Legitimados para requerer o arquivamento do Documento de interesse .....	9
Lucros e Perdas/Participação dos sócios .....	21
Menor - Poder familiar .....	15
Nome empresarial - denominação - misto de denominação e firma .....	19

Nome Empresarial Ltda e Eireli- Denominação - Utilização da palavra “Companhia” .....	18
Nome Fantasia – Acréscimo da expressão LTDA.....	19
Nota Promissória	
utilização para integralização de capital .....	14
Paralisação de atividades - Empresário/sociedade/EIRELI - documentação .....	18
Participação de menor no quadro societário com integralização do capital com imóveis .....	15
Procuração	
Outorga de poderes à pessoa jurídica .....	10
Outorga por sócio menor relativamente capaz, assistido pelos pais ou por tutor, quando for o caso, e Espólio representado por inventariante .....	9
Procuração - Poderes específicos.....	10
Receita Federal/Comunicação Extrajudicial.....	27
Recuperação Judicial/Plano de Recuperação Judicial/Nome Empresarial/Alterações.....	16
Redução e aumento de capital no mesmo ato/Sociedade Ltda .....	14
Regime de bens .....	21
Registro de alteração contratual tendo como anexo instrumento autônomo de cessão de cotas .....	25
Registro de instrumento autônomo de cessão de cotas. Desnecessária a apresentação de alteração contratual simultânea ou posterior .....	25
Reinício de Atividades - Ato Empresarial .....	18
Representação de sócio na reunião/assembleia .....	23
Rerratificação de ato empresarial/ ato de conversão de sociedade simples (040)/ de ato de transferência de sede de outra UF.....	21
Resolução da sociedade em relação a um sócio .....	14
Reunião de sócios/Convocação – com mais de 10 sócios.....	23
Reunião de sócios/Convocação -com até 10 sócios.....	23
Reunião/Assembleia /Obrigatoriedade ou não de realização .....	23
Sociedade de Propósito Específico - Análise .....	17
Sócio Estrangeiro Casado / Indicação do Regime de Bens / Dispensa.....	12
Sócio/titular - Qualificação - Estado Civil - União Estável .....	8
Testemunha/Assinatura .....	21
Transferência de Sede de outra UF para MG.....	19
Transferência de Sede para outra UF não efetivada.....	19
Transformação do Tipo Jurídico- Visto de Advogado .....	20
Uso das expressões ME e EPP no nome empresarial.....	18
Utilização de Nota Promissória para integralização de capital.....	14
Utilização de Palavras Estrangeiras no objeto e nome empresarial(exceto empresário individual).....	18
Via Original dos Atos Principais: Conceito .....	8

### **COOPERATIVAS:**

Cooperativa - Arquivamento Transformação de sociedade/empresa em outro tipo jurídico com anotação de indisponibilidade de bens do titular/sócios .....	27
Cooperativa - Constituição de cooperativa visada pela OCEMG- assinatura digital (novo) .....	26
Cooperativa - Equiparação das sociedades cooperativas para fins de tratamento diferenciado nas compras públicas .....	26
Cooperativa - Número mínimo de Cooperados para a Constituição de Cooperativa (novo) .....	27
Cooperativa - Possibilidade de previsão estatutária nas sociedades cooperativas da existência de uma diretoria executiva auxiliar da administração da cooperativa.....	27
Cooperativa- Participação em outra Sociedade.....	26
Cooperativa/Incorporação,Desmembramento,FusãoTransformação/Decisão Colegiada .....	26



## **SOCIEDADES ANÔNIMAS:**

S.A. - Acionistas casados/Regime de comunhão universal/Possibilidade .....	28
S.A. - AGO/AGE Cumulativas- Distinção de Deliberações .....	32
S.A. - Arquivamento de Publicação como Documento Principal ou Anexo à Ata .....	34
S.A. - Assembleia Geral	
“quorum” de instalação e deliberação .....	30
S.A. - Assembleia Geral - Convocação: Publicação Incompleta ou Extemporânea .....	30
S.A. - Assembleia Geral – Matéria Não Prevista no Edital .....	30
S.A. - Assembleia Geral - Publicação em Jornal Particular .....	33
S.A. - Assembleia Geral – Publicações.....	30
S.A. - Assembleia Geral com Interrupção dos Trabalhos .....	31
S.A. - Assembleia Geral de Ratificação.....	31
S.A. - Assembleia Geral de Rerratificação .....	31
S.A. - Assembleia Geral Ordinária – Aprovação das Contas de Mais de Um Exercício .....	31
S.A. - Assembleia Geral Ordinária - Competência .....	32
S.A. - Assembleia Geral Ordinária - Declaração do art. 294 da Lei 6.404 .....	31
S.A. - Assembleia Geral Ordinária - Dispensa da Publicação.....	31
S.A. - Assembleia Geral Ordinária - Parecer do Conselho Fiscal .....	32
S.A. - Assembleia Geral Ordinária – Realização Anual .....	32
S.A. - Assembleia Geral Ordinária- Publicação Extemporânea .....	31
S.A. - Assembleia Geral Ordinária: Realização Extemporânea.....	32
S.A. - Assembleia Geral Ordinária-Deliberação Sobre Matéria de Competência de AGE.....	32
S.A. - Assembleia Geral-Convocação por Acionista(s).....	30
S.A. - Assembleias Semipresenciais ou Digitais – Convocação .....	30
S.A. - Assinatura digital requerimento dos atos de S/A .....	28
S.A. - Ata	
Indicação/Reprodução dos Nomes dos Acionistas .....	32
S.A. - Ata de Reunião do Conselho de Administração -Fixação da Remuneração dos	
Administradores.....	33
S.A. - Atas (AGO-AGE) Fora da Ordem Cronológica .....	33
S.A. - Atos da Transformação S/A ou Cooperativa - Apresentação .....	36
S.A. - Atos de Transformação - Sociedades Contratuais/EIRELI.....	36
S.A. - Aumento de Capital .....	34
S.A. - Aumento de Capital Exigência de Mínimo Integralizado.....	34
S.A. - Aumento de capital pelo Conselho de Administração.....	35
S.A. - Aumento de Capital Subscrito em Dinheiro.....	34
S.A. - Aumento de Capital: Realização com Reserva de Ágio.....	34
S.A. - Comprovante de Depósito para Constituição de S/A .....	29
S.A. - Constituição de S/A: Conselho de Administração/Eleição da Diretoria .....	29
S.A. - Diretoria	
Eleição Não Prevista no Edital.....	35
S.A. - Dividendos diferentes para ações ordinárias e preferenciais.....	29
S.A. - Eleição dos Administradores.....	35
S.A. - Extinção da S/A em Único Ato .....	37
S.A. - Extrato de Ata – Publicação .....	33
S.A. - Extrato de Ata -Publicação.....	33
S.A. - Indicação da remuneração do Administrador de S/A.....	35
S.A. - Integralização de Capital com Bens Imóveis.....	35
S.A. - Nome empresarial da S/A – Formação sem Obrigatoriedade de Indicação do Objeto	
Social .....	28
S.A. - Obrigatoriedade de constituição S/A por instrumento público .....	29
S.A. - Publicação - Jornais de Grande Circulação (diversos).....	34

S.A. - Publicação de Ata em Apenas Um dos Jornais .....	34
S.A. - Publicações: Arquivamento Isolado ou em Ato Separado.....	33
S.A. - Recuperação Judicial- Alteração do Nome .....	36
S.A. - Sociedade Anônima - Recuperação Judicial.....	36
S.A. - Sociedade Anônima com único acionista em atos posteriores .....	29
S.A. - Transformação de empresário em S/A .....	35
S.A. - Transformação de S/A em outro tipo de sociedade .....	36
S.A. - Transformação de S/A em outro tipo societário -aprovação pela maioria .....	36